



Lajeado Energia S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Lajeado Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Lajeado Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Lajeado Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Ressarcimento dos riscos não hidrológicos do Generation Scaling Factor – GSF e extensão do prazo de concessão (ativo intangível – direito de concessão)- (Consulte as notas explicativas 1.1, 16.2 e 25 às demonstrações financeiras) – Demonstrações individuais e consolidadas

Em 08 de setembro de 2020, o Governo Federal promulgou a Lei nº 14.052/2020, com a finalidade de repactuar o GSF para as geradoras que atuam no Ambiente de Contratação Livre – ACL. Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, a qual regulamenta a respectiva Lei. Como resultado da Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020, a Companhia decidiu por essa repactuação. Como consequência, quando aplicável, a Companhia terá que : (i) liquidar integralmente o saldo de GSF a pagar; (ii) desistir judicialmente e em caráter permanente de suas ações judiciais relacionadas ao GSF; (iii) assinar termo aditivo de contrato de concessão, que dentre outros efeitos, assegurará uma extensão no prazo da concessão para Companhia, totalizando um incremento estimado 13,4 meses, nos quais os impactos contábeis foram registrados em 31 de dezembro de 2020, por meio de uma adição ao ativo intangível (Direito de concessão - Outros) em contrapartida de uma recuperação de gastos operacionais do GSF, no montante de R\$93.862 mil.

Esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, uma vez que envolve montantes relevantes, além de estimativas também relevantes de taxa de desconto, em relação ao reconhecimento e mensuração do valor justo dos ativos intangíveis.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação das principais premissas e dados utilizados no cálculo da estimativa do valor justo relacionado a extensão da concessão efetuada da Companhia, bem como, comparação dos dados utilizados como base de cálculo da estimativa do incremento de extensão do prazo de concessão com as informações publicados na Lei 14.052/2020, Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL e cálculo prévio realizado pela CCEE durante o exercício de 2020; (ii) envolvimento dos nossos especialistas tributários para análise dos efeitos tributários (Imposto de renda e contribuição social diferido passivo); (iii) recalculamos a atualização monetária, base para determinação do período de extensão da concessão, com base nos montantes e coeficientes disponibilizados na Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020 publicada pela ANEEL; e (v) avaliação das respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do ativo intangível, os quais não foram registrados, por terem sido considerados imateriais.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequado o reconhecimento e mensuração do valor justo do ativo intangível, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.



Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS e pelo fato de não serem requeridas às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e estão consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais o significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP014428/O-6

Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

LAJEADO ENERGIA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	32.950	64.542	121.502	102.404
Títulos a receber	6	384	97		
Concessionárias	5	62.802	72.791	64.090	74.921
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	8	3.651	6.228	14.531	14.907
Outros tributos compensáveis	8	4.385	4.790	5.419	6.184
Dividendos a receber	11	13.658	4.273		
Prêmio de risco - GSF	12	2.701	2.701	2.749	2.749
Rendas a receber	7			3.429	4.475
Outros créditos	13	16	23	7.364	7.120
Total do Ativo Circulante		120.547	155.445	219.084	212.760
Não circulante					
Títulos a receber	6	7.593	7.351		
Tributos diferidos	9	19.524	57.363	19.524	57.363
Prêmio de risco - GSF	12	19.585	22.287	19.932	22.682
Outros créditos	13	1.086	1.311	2.539	2.647
		47.788	88.312	41.995	82.692
Investimentos	14	1.008.470	1.044.745		
Imobilizado	15	104	193	1.015.207	1.044.001
Intangível	16	93.862		457.723	396.768
		1.102.436	1.044.938	1.472.930	1.440.769
Total do Ativo Não circulante		1.150.224	1.133.250	1.514.925	1.523.461
TOTAL DO ATIVO		1.270.771	1.288.695	1.734.009	1.736.221
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores	17	24.051	46.138	19.254	37.356
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	8	75.723	30.143	75.723	31.141
Outros tributos a recolher	8	8.750	8.128	14.693	11.266
Dividendos	11	175.162	73.344	182.995	77.705
Debêntures	18	150.429	202.308	150.429	202.308
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			4.724	1.710
Benefícios pós-emprego	20			55	33
Uso do bem público	21			6.411	5.181
Provisões	22			4.556	5.368
Outras contas a pagar	13	8.645	7.940	11.716	11.037
Total do Passivo Circulante		442.760	368.001	470.556	383.105
Não circulante					
Tributos diferidos	9	2	2	24.954	32.834
Debêntures	18	149.881	299.102	149.881	299.102
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19			85.890	83.162
Benefícios pós-emprego	20			1.501	1.393
Uso do bem público	21			52.360	45.008
Provisões	22	440	432	24.135	20.775
Outras contas a pagar	13	856	2.001	2.389	3.382
Total do Passivo Não circulante		151.179	301.537	341.110	485.656
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	23.1	6.868	6.868	6.868	6.868
Reservas de capital	23.3	579.203	579.203	579.203	579.203
Reservas de lucros	23.3	90.657	33.015	90.657	33.014
Outros resultados abrangentes	23.4	104	71	104	71
Total do Patrimônio líquido		676.832	619.157	676.832	619.156
Participações não controladores				245.511	248.304
Total do Patrimônio líquido e Participações dos acionistas não controladores		676.832	619.157	922.343	867.460
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.270.771	1.288.695	1.734.009	1.736.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas	24	651.036	838.100	696.979	894.367
Custo da produção e do serviço de energia elétrica	25				
Custo do serviço de energia elétrica		(121.653)	(450.794)	(123.472)	(452.308)
Custo de operação		(100.944)	(131.812)	(57.793)	(57.553)
		<u>(222.597)</u>	<u>(582.606)</u>	<u>(181.265)</u>	<u>(509.861)</u>
Lucro bruto		428.439	255.494	515.714	384.506
Despesas e Receitas operacionais	25				
Despesas gerais e administrativas		(34.323)	(33.384)	(46.085)	(44.814)
Outras despesas e receitas operacionais		13	(31)	(212)	(1.217)
		<u>(34.310)</u>	<u>(33.415)</u>	<u>(46.297)</u>	<u>(46.031)</u>
Resultado das participações societárias	14	25.142	52.615		
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		419.271	274.694	469.417	338.475
Resultado Financeiro	26				
Receitas financeiras		2.721	5.812	3.927	7.503
Despesas financeiras		(17.771)	(39.796)	(53.411)	(66.189)
		<u>(15.050)</u>	<u>(33.984)</u>	<u>(49.484)</u>	<u>(58.686)</u>
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		404.221	240.710	419.933	279.789
Tributos sobre o lucro	27				
Imposto de renda e contribuição social correntes		(98.538)	(65.452)	(112.856)	(86.343)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(37.839)	(5.829)	(29.933)	(4.557)
		<u>(136.377)</u>	<u>(71.281)</u>	<u>(142.789)</u>	<u>(90.900)</u>
Lucro líquido do exercício		267.844	169.429	277.144	188.889
Atribuível aos acionistas controladores		267.844	169.429	267.844	169.429
Atribuível aos acionistas não controladores				9.300	19.460
Resultado por ação atribuível aos acionistas	28				
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)					
ON		0,99474	0,62924	0,99474	0,62924
PNA		1,79666	1,13651	1,79666	1,13651
PNB		0,99474	0,62924	0,99474	0,62924

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Resultado líquido do exercício		267.844	169.429	277.144	188.889
Outros resultados abrangentes	23.4				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado					
Ganhos e (perdas) atuariais - Benefícios pós-emprego				69	(344)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias		33	(166)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos				(22)	117
		33	(166)	47	(227)
Resultado abrangente do exercício		267.877	169.263	277.191	188.662
Atribuível aos acionistas controladores		267.877	169.263	267.877	169.263
Atribuível aos acionistas não controladores				9.314	19.399

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro		404.221	240.710	419.933	279.789
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais					
Títulos a receber - variações monetárias e AVP		(1.072)	(1.107)		
Depreciações e amortizações		28.912	28.858	67.982	69.651
Direito de Concessão - GSF		(93.862)		(93.862)	
Encargos de dívidas, variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures e AVP		15.584	37.035	30.476	52.651
Uso do bem público - atualização monetária e AVP				13.942	6.027
Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		8		2.409	2.967
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP				4.593	699
Resultado de participações societárias		(25.142)	(52.615)		
Amortização do prêmio de risco - GSF		2.702	2.703	2.750	2.751
Outros		2.352	3.073	2.242	7.214
		333.703	258.657	450.465	421.749
(Aumento) diminuição de ativos operacionais					
Concessionárias		9.989	(13.057)	10.831	(13.273)
Imposto de renda e contribuição social a compensar				(934)	(1.288)
Outros tributos compensáveis		(32.956)	(60.413)	(32.956)	(60.413)
Rendas a receber				1.047	(1.051)
Outros ativos operacionais		241	122	(103)	(67)
		(22.726)	(73.348)	(22.115)	(76.092)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais					
Fornecedores		(22.087)	20.219	(18.103)	15.209
Outros tributos a recolher		31.185	59.352	30.637	57.217
Provisões				(3.945)	(7.765)
Uso do bem público				(5.360)	(5.134)
Outros passivos operacionais		(2.690)	(2.687)	(1.748)	(5.154)
		6.408	76.884	1.481	54.373
Caixa proveniente das atividades operacionais					
		317.385	262.193	429.831	400.030
Imposto de renda e contribuição social pagos		(48.572)	(79.910)	(65.279)	(100.825)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais					
		268.813	182.283	364.552	299.205
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Dividendos recebidos		20.931	42.109		
Adições ao Imobilizado e Intangível				(7.094)	(6.358)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de investimento					
		20.931	42.109	(7.094)	(6.358)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Títulos recebidos		543	1.107		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(104.988)	(177.635)	(112.731)	(193.205)
Captação de empréstimos e financiamentos		(110)	99.910	(110)	99.910
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos			(150.030)		(150.030)
Pagamentos de encargos de dívidas		(216.574)	(37.140)	(224.825)	(52.429)
Pagamentos do principal e de juros de arrendamentos		(207)	(78)	(694)	(466)
Caixa líquido aplicados nas atividades de financiamento					
	30.1	(321.336)	(263.866)	(338.360)	(296.220)
Redução (Aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa					
		(31.592)	(39.474)	19.098	(3.373)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		32.950	64.542	121.502	102.404
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		64.542	104.016	102.404	105.777
		(31.592)	(39.474)	19.098	(3.373)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)



	Capital social	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total Controladora	Não controladores	Total Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.868	579.203	76.600	237	-	662.908	241.887	904.795
Dividendo adicional aprovado - AGO de 26/04/2019			(75.228)			(75.228)		(75.228)
Dividendos destinados a não controladores						-	(12.983)	(12.983)
Lucro líquido do exercício					169.429	169.429	19.461	188.890
Partes beneficiárias					(16.943)	(16.943)		(16.943)
Destinação do lucro								
Dividendos intermediários					(89.615)	(89.615)		(89.615)
Dividendos complementares (JSCP)					(31.228)	(31.228)		(31.228)
Lucro do exercício a deliberar			31.643		(31.643)	-		-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				(166)		(166)	(61)	(227)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.868	579.203	33.015	71	-	619.157	248.304	867.461
Saldos em 31 de dezembro de 2019	6.868	579.203	33.015	71	-	619.157	248.304	867.461
Dividendo adicional aprovado - AGO de 01/07/2020			(31.643)			(31.643)	(12.093)	(43.736)
Lucro líquido do exercício					267.844	267.844	9.300	277.144
Partes beneficiárias					(26.784)	(26.784)		(26.784)
Destinação do lucro								
Dividendos intermediários (JSCP)					(22.651)	(22.651)		(22.651)
Dividendos complementares					(129.124)	(129.124)		(129.124)
Lucro do exercício a deliberar			89.285		(89.285)	-		-
Outros resultados abrangentes								
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes de subsidiárias				33		33		33
Saldos em 31 de dezembro de 2020	6.868	579.203	90.657	104	-	676.832	245.511	922.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

LAJEADO ENERGIA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Geração do valor adicionado	836.722	944.859	895.109	1.028.005
Receita operacional	742.841	944.859	793.822	1.007.136
Receita relativa à construção de ativos próprios	93.862		101.089	20.869
Outras receitas	19		198	
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(241.968)	(501.522)	(265.066)	(538.809)
Custos da energia comprada	(184.414)	(446.175)	(185.684)	(446.236)
Encargos de uso da rede elétrica	(53.027)	(50.481)	(53.761)	(52.089)
Materiais	(57)	(14)	(3.597)	(6.272)
Serviços de terceiros	(1.981)	(1.942)	(17.553)	(28.583)
Outros custos operacionais	(2.489)	(2.910)	(4.471)	(5.629)
Valor adicionado bruto	594.754	443.337	630.043	489.196
Retenções				
Depreciações e amortizações	(28.911)	(28.858)	(68.204)	(69.845)
Valor adicionado líquido produzido	565.843	414.479	561.839	419.351
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	4.457	8.460	5.767	10.313
Resultado da equivalência patrimonial	25.142	52.615		
Valor adicionado total a distribuir	595.442	475.554	567.606	429.664
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	2.155	1.601	13.845	11.688
Benefícios	470	274	3.066	2.500
FGTS	117	315	849	952
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	195.831	118.902	218.984	159.188
Estaduais	1	2	162	41
Municipais	19	1	143	133
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	17.771	39.796	53.411	66.189
Aluguéis	111.234	145.234	2	83
Remuneração de capital próprio				
Juros sobre capital próprio	22.651	29.615	44.663	68.260
Participações dos não controladores			9.300	19.461
Dividendos	129.124	91.228	129.124	91.228
Partes beneficiárias	26.784	16.943	26.784	16.943
	506.157	443.911	500.333	436.666
Lucros retidos	89.285	31.643	67.273	(7.002)
	595.442	475.554	567.606	429.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1 Contexto operacional

A Lajeado Energia S.A. (Companhia, Lajeado ou Controladora), sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo - SP, controlada da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de qualquer origem e natureza, preparação de estudos de viabilidade e projetos, promoção da construção, da operação e da manutenção de usinas de geração. A Companhia poderá, ainda, participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

A Companhia detém 73% do capital votante e 62,39% do capital total da Investco S.A. (Investco ou Controlada), sociedade anônima de capital aberto que tem, como objeto principal, a elaboração de estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizada nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 – Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

1.1 Concessão

A Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre a Companhia, titular de 72,27%, CEB Lajeado S.A., titular de 19,80%, Paulista Lajeado Energia S.A., titular de 6,93% e a Investco, titular de 1%. Portanto as referidas empresas, em conjunto, são as concessionárias da UHE Lajeado, formando o Consórcio Usina. O Contrato de Concessão de exploração dos ativos da UHE Lajeado tem prazo de 35 anos contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, com extensão decorrente da Lei nº 14.052/20 e Resolução ANEEL nº 895/20 de mais 13,4 meses, podendo ser prorrogado, a critério exclusivo do Poder Concedente, nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW, uma potência assegurada de 823,3 MW e uma garantia física de 505,1 MWh.

Em 3 de maio de 2017 o Ministério de Minas e Energia - MME, por meio da Portaria nº 178, definiu o novo montante de garantia física da UHE Lajeado, passando a mesma dos antigos 526,6 MWh para os atuais 505,1 MWh, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção de suas participações.

Da potência e energia asseguradas, as concessionárias da UHE Lajeado deverão destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviço público de distribuição. Caso as concessionárias não consigam entregar essa quantidade de energia, deverão ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado entre as concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Nota 7), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Como a Investco é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, a Companhia e as demais consorciadas são responsáveis pelo pagamento do arrendamento para a Investco. O contrato de concessão não está no alcance do CPC 06 (R2) e segue avaliado como um arrendamento operacional, uma vez que os bens serão revertidos para a União quando do término do Contrato de concessão.

O Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares, foi aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. Para sua efetivação, o projeto necessitava de aprovação no Senado e a sanção presidencial. No Senado, o Projeto de Lei do Senado nº 3.975/19 obteve o parecer aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, em 13 de agosto de 2020, foi deliberado e aprovado em plenário, e sancionado pela presidência em 08 de setembro. Em 09 de setembro de 2020, foi publicado no Diário Oficial a Lei nº 14.052/20, que alterou a Lei nº 13.203/15, estabelecendo novas condições para repactuação do risco hidrológico referente a parcela dos custos incorridos com o GSF, assumido pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) desde 2012, com o agravamento da crise hídrica, a qual criou a base legal para repactuação do GSF no ACL. A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A extensão da outorga é limitada a 7 anos, condicionada à desistência de eventuais ações judiciais ou do direito de discutir questões relacionadas ao MRE pelos agentes elegíveis.

Em 23 de setembro de 2020, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 56/20, para obter subsídios para o aprimoramento da proposta da regulamentação da Lei nº 14.052/20, com prazo de 30 dias. A Consulta discutiu junto aos agentes os critérios e dados dos cálculos de ressarcimento, além de aspectos contratuais e jurídicos, como a documentação para extensão de outorga e aditivos dos contratos. Em 16 de outubro de 2020, a CCEE, por meio da referida Consulta Pública, entregou proposta contendo estimativa de valores do cálculo completo do GSF, a Consulta encerrou-se em 23 de outubro, recebendo 151 contribuições.

Em 1º de dezembro de 2020, como resultado da Consulta Pública, a Diretoria da ANEEL aprovou a Resolução Normativa nº 895/2020, encerrando a etapa de regulamentação. Atendendo às contribuições de diversos agentes (entre as quais está a Companhia), a Agência aperfeiçoou a minuta inicialmente submetida, incluindo mais dois fatores que aumentaram a estimativa inicial: (i) custo de capital incorrido pelos geradores em períodos não protegidos por liminares desde o início do cálculo retroativo de riscos não hidrológicos, em 2012; e (ii) atrasos na implantação de transmissão para escoamento da energia de Belo Monte, notadamente em relação aos atrasos da Abengoa. Dado que as contribuições aceitas demandam aprimoramentos nos motores de cálculo da CCEE, a Aneel deu prazo de 90 dias – contados a partir da publicação da Resolução – para que a CCEE atualize e apresente os dados de reproduzibilidade e novos montantes financeiros, seguidos posteriormente pelos prazos de publicação do ativo regulatório por agente e pedido de adesão à repactuação.

Conhecidos os valores, o aceite da proposta implicará abrir mão de futuros questionamentos judiciais da matéria pelas usinas e a desistência da participação na ação judicial da APINE, com o respectivo pagamento dos valores hoje protegidos por liminar.

Com base nas informações, e considerando a Lei nº 14.052/20, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº 895/2020, embora não tenha sido alcançado o início de pagamentos ainda em dezembro de 2020, o resultado da regulamentação foi benéfico aos agentes hidrelétricos, uma vez que foi reconhecido o direito à indenização por danos adicionais ao MRE que não haviam sido considerados na proposta inicial. Ademais, a CCEE apontou publicamente que possibilitará parcelamento dos débitos, dando celeridade ao destravamento do MCP, que represa R\$8,9 bilhões. Os valores de GSF a serem pagos serão compensados no crédito que já consta na CCEE (posição líquida do agente).

Considerando a inovação trazida pela repactuação do risco hidrológico e a ausência de Pronunciamento, Interpretação ou Orientação do CPC que se aplique especificamente ao tema, a Administração da Companhia exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A compensação aos geradores hidrelétricos ocorrerá por meio da extensão do prazo de concessão das outorgas de geração, que deve ser homologada pela ANEEL e apropriado como um intangível em contrapartida a recuperação de custos com energia elétrica. O montante apropriado em Recuperação de Custos é inferior ao custo total com GSF coberto pela referida lei.

O Ativo constituído pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo, considerando a melhor estimativa da Companhia e observando os aspectos e condições previstas no CPC 04 – Ativo Intangível e a essência do direito de exploração recebido do Poder Concedente, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia – CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação. Portanto, a Companhia procedeu com o registro contábil em dezembro conforme as estimativas divulgadas pela CCEE e os acréscimos aceitos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 13,4 meses (correspondente a R\$93.862) no prazo de sua concessão. O referido registro foi efetuado no Intangível (Nota 16) em contrapartida de Gastos operacionais (Nota 25).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



1.1.1 Uso do bem público

A Investco, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Lajeado, paga à União, do 7º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual definido no contrato, atualizado em 31 de dezembro de 2020 de R\$5.378, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Em 31 de dezembro de 2020, o valor presente remanescente da obrigação é de R\$58.770 (R\$50.189 em 31 de dezembro de 2019) (Nota 21). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia e a controlada aplicam, anualmente, em pesquisa e desenvolvimento, nos termos da Lei nº 9.991/00, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (Nota 13.4).

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia e da controlada em continuar operando normalmente e está convencida de que ambas possuem recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia e de sua controlada não têm conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre suas capacidades de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A Diretoria da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 22 de janeiro de 2021. Após esta data, as alterações somente poderão ser efetuadas pelo Conselho de Administração.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia e sua controlada estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor exceto: (i) determinados ativos e passivos financeiros que foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 29.1.1; e (ii) os ativos e passivos líquidos de benefício definido que são reconhecidos a valor justo, com limitação de reconhecimento do superávit atuarial, conforme nota 20.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia e de sua controlada se baseiem em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e sua controlada revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao Plano de benefícios pós-emprego que é revisado semestralmente e a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.8.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes às demonstrações financeiras nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 5); Determinação da receita com arrendamento (Notas 7 e 24); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.8); Arrendamentos e Aluguéis (Nota 13.1); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 15 e 16); Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas (Nota 22.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 22.2) e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 29.1.2.1).

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de sua controlada, que operam no Brasil, é o Real e as demonstrações individuais e consolidadas são apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Demonstrações Financeiras Consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, abrangendo a Companhia e sua controlada (Nota 14).

A Companhia controla a Investco e efetua a consolidação integral de suas demonstrações financeiras.

Os critérios contábeis adotados na sua apuração foram aplicados uniformemente entre a Companhia e sua controlada.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

- Eliminação do investimento da Controladora na sua controlada direta;
- Eliminação dos saldos das contas entre a Controladora e a sua controlada;
- As datas das demonstrações financeiras da controlada utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial e para a consolidação coincidem com as da Companhia; e
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações de resultados.

2.7 Informações por segmento

A Companhia administra os seus negócios como um único segmento operacional, composto pela atividade de geração e comercialização da energia elétrica gerada pela UHE Lajeado por meio de contratos de médio e longo prazo e também junto à CCEE. Tal segmento concentrou em 2020 89% (90% em 2019) da receita operacional bruta consolidada.

2.8 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia e de sua controlada revisam o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis exceto para Concessionárias (Nota 5). São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuada pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorrerem eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, após proceder com esta avaliação dos ativos não financeiros, a Administração da Companhia concluiu, após avaliar os indicadores internos e externos, que não foram identificados fatores de desvalorização dos seus ativos e, por este motivo, não efetuou o teste de *impairment*.

Adicionalmente, em relação ao acima destacado, a Administração da Companhia analisou o risco de continuidade operacional, tendo levado em consideração substancialmente a proteção contra redução por Força Maior dos contratos regulados da geração, bem como as ações legais que vem sendo tomadas pelo Governo Federal e ANEEL, concluindo assim, como mencionado na nota 2.1, que não houve mudança na integridade da continuidade operacional da Companhia.

2.9 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o *International Accounting Standards Board* (IASB) e, conseqüentemente, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo IASB e pelo CPC estão demonstrados a seguir:

2.9.1 Alterações em pronunciamentos contábeis homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (<i>Conceptual Framework</i>)	Apresenta novos conceitos acerca da apresentação, mensuração e divulgação	<i>Conceptual Framework</i>	Estrutura Conceitual	10/12/2019
CPC 15 - Combinação de Negócios	Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos	IFRS 3	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 48 - Instrumentos Financeiros; CPC 40 - Instrumentos Financeiros – Evidenciação; e CPC 38 - Instrumentos Financeiros – Reconhecimento e Mensuração	Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IFRS 7 e IAS 39	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis; e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erros	Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações contábeis	IAS 1 e IAS 8	Pronunciamento	01/01/2020
CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos	IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2020
OCPC 09 – Relato integrado	Melhoria da qualidade da informação disponível aos investidores e demais <i>stakeholders</i> ; a promoção de uma abordagem mais coesa e eficiente do relato corporativo; e, entre outros	N/A	Orientação	01/01/2021

2.9.2 Normativos emitidos pelo IASB e ainda não homologados pelo CPC

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
CPC 48 - Instrumentos Financeiros, CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários; CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação; CPC 11 - Contratos de Seguro; e CPC 06 (R2) - Arrendamentos	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR)	IFRS 9 / IAS 39 / IFRS 7 / IFRS 4 e IFRS 16	Pronunciamento	01/01/2021
CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato)	IAS 37	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Permite o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo	IAS 16	Pronunciamento	01/01/2022
CPC 50 – Contratos de seguro	Fornecer uma base para os usuários das demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm na posição financeira, no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa da entidade	IFRS 17	Pronunciamento	N/A

As alterações que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2020 não produziram impactos relevantes nestas demonstrações financeiras. Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia e sua controlada estão acompanhando as discussões e até o momento não identificaram a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Eventos significativos no exercício

3.1 Adesão da Resolução ANEEL nº 895/2020 - Regras para repactuação hidrológica

Em Reunião do Conselho de Administração - RCA realizada em 22 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão dos preceitos da Resolução ANEEL nº 895/2020, que regulamenta as novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica (Nota 1.1).

3.2 COVID-19 (pandemia do novo Coronavírus)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 11 de março de 2020 pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. As incertezas geradas pela disseminação da COVID-19 provocaram intensa volatilidade nos mercados financeiros e de capitais mundiais.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



3.2.1 Medidas de Assistência Governamental

3.2.1.1 Portarias nº 139 e nº 245

As respectivas portarias de 3 de abril e 15 de junho de 2020, prorrogaram o prazo para o recolhimento de tributos federais e contribuição previdenciária patronal devida pelas empresas e pelo empregador doméstico, na situação que especifica em decorrência da COVID-19. Os prazos de recolhimento da contribuição para o PIS, COFINS e INSS patronal, relativas às competências março, abril e maio de 2020, foram postergados para os mesmos prazos de vencimento das contribuições devidas nas competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente.

3.2.2 Medidas implementadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil

A Administração da controladora EDP - Energias do Brasil vem aplicando ações a fim de assegurar a segurança de seus colaboradores. A implementação destas ações está alinhada com as orientações da OMS, do Ministério da Saúde e das entidades oficiais de saúde nos diferentes países onde o Grupo atua.

A Administração da EDP - Energias do Brasil criou um Comitê de Gestão de Crise com profissionais de diferentes áreas que implementou ações importantes para a segurança de todos, entre as quais: (i) escritórios administrativos estão em regime de trabalho home office; (ii) distribuição de máscaras para todos os colaboradores; (iii) antecipação da vacinação contra a gripe H1N1 para todos os colaboradores; (iv) todas as viagens internacionais foram canceladas e as nacionais reduzidas ao mínimo indispensável; e (v) comunicação interna periódica sobre o tema, por meio de newsletters, publicações na intranet e nos murais digitais internos.

Todas as medidas têm como principal objetivo assegurar a segurança dos colaboradores e de toda a população e garantir a qualidade e continuidade do fornecimento de energia, indispensável neste momento de crise.

3.2.3 Medidas adotadas pela Administração da EDP - Energias do Brasil em auxílio à sociedade

O Grupo EDP - Energias do Brasil, comprometida com seus colaboradores, clientes e população, acompanha continuamente a evolução do cenário referente a COVID-19 e está à frente de diversas iniciativas sociais, como: (i) doação de R\$6 milhões à organização social Comunitas para a compra de respiradores hospitalares, equipamentos essenciais para a sobrevivência e recuperação de pacientes graves da COVID-19, em São Paulo; (ii) destinação de R\$2,6 milhões de recursos próprios, ao lado da EDP Renováveis para apoiar iniciativas voltadas ao enfrentamento da COVID-19 em comunidades carentes de todo o Brasil; (iii) doação de R\$1 milhão para o estado do Espírito Santo, para compra de insumos de proteção individual, equipamentos e medicamentos para a Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro do Itapemirim; e (iv) doação de R\$130 mil em insumos hospitalares para Secretaria da Saúde do Ceará.

3.2.4 Impacto nas Demonstrações Financeiras

Neste cenário foram sentidos também efeitos econômicos que impactaram e deverão impactar a Companhia nos próximos períodos, cujas principais análises estão destacada abaixo:

3.2.5 Valor Justo de Ativos e Passivos Financeiros

No exercício, a divulgação do MTM (*Mark-to-Market*) dos ativos e passivos financeiros, que deve refletir as condições e taxas atuais de mercado, foi revisada e os impactos estão demonstrados na Nota 29.1.1.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Bancos conta movimento	1.426	7.961	2.206	8.980
Aplicações financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	31.524	56.581	119.296	93.424
	31.524	56.581	119.296	93.424
Total	32.950	64.542	121.502	102.404

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Os investimentos financeiros da Companhia e de sua controlada estão remunerados à taxas que variam entre 100,00% a 103,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia e de sua controlada a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 29.

5 Concessionárias

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	55.109	63.211	55.668	63.711
Energia de curto prazo	3.557	5.453	4.224	7.023
Encargos de uso da rede elétrica	4.136	4.127	4.198	4.187
Total	62.802	72.791	64.090	74.921

Os saldos são totalmente vencidos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e da controlada.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia e sua controlada avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia e sua controlada não identificaram a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se A exposição da Companhia e sua controlada a riscos de crédito está divulgada na nota 29.2.5.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



6 Títulos a receber

Nota	Controladora			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"	384	97	17.507	17.890
(-) AVP - Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C"			(9.914)	(10.539)
Total	384	97	7.593	7.351

6.1 Ações preferenciais das classes resgatáveis "A", "B" e "C"

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$12.779, onde, de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da Investco, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social (Nota 19.1).

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$7.977 (R\$7.448 em 31 de dezembro de 2019) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido à suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro recebível por satisfazerem a definição de ativo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para a Companhia, conforme determina o item 19 do CPC 39.

7 Rendas a receber

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
Paulista Lajeado	889	1.160
CEB Lajeado	2.540	3.315
Total	3.429	4.475

Refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, e aditado em 23 de junho de 2009, no qual a Investco arrendou às demais concessionárias do Consórcio Usina Lajeado (Companhia, Paulista Lajeado e CEB Lajeado), frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Investco, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Nota 1.1).

Este arrendamento é contabilizado mensalmente como arrendamento operacional, de acordo com o CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento, pois a operação da usina é de responsabilidade da Investco, não havendo transferência de propriedade ou controle do ativo aos arrendatários. Os saldos são todos vincendos e estão apresentados ao custo amortizado.

O contrato de arrendamento objetiva assegurar à Investco receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. O cálculo do contrato de arrendamento é baseado na remuneração de 8,83% a.a. corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre 99% do valor do ativo imobilizado líquido, acrescido da depreciação acumulada, sendo que, todos os valores utilizados no cálculo, são valores projetados. Decorrido o exercício, anualmente, aplica-se o Coeficiente de Ajuste - CA, cujo o objetivo é calcular os valores reais, identificando a diferença entre os valores cobrados anteriormente, e ajustar a diferença a maior ou a menor na projeção do ano. A variação no exercício da rubrica Rendas a receber, em contrapartida da receita de Arrendamentos e aluguéis (Nota 24), é decorrente, substancialmente, de dois aspectos: (i) devido o IPCA realizado em 2018 ser maior que o IPCA projetado para o exercício, houve um acréscimo no IPCA para o exercício de 2019 refletido no CA; e (ii) aumento do IPCA projetado para o exercício de 2019 em relação ao exercício anterior de 0,16 p.p..

8 Impostos e contribuições sociais

Nota	Controladora						
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	6.228		(4)	18.373	(2.201)	(18.745)	3.651
Total Circulante	6.228	-	(4)	18.373	(2.201)	(18.745)	3.651
Outros tributos compensáveis							
PIS e COFINS	707	32.215				(32.215)	707
IRRF sobre aplicações financeiras	283	676			65	(5)	1.019
IRRF sobre juros s/ capital próprio	3.624	2.478			(3.506)	(118)	2.478
Outros	176					5	181
Total Circulante	4.790	35.369	-	-	(3.441)	(32.333)	4.385
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	30.143	98.538		(30.199)	(4.400)	(18.359)	75.723
Total Circulante	30.143	98.538	-	(30.199)	(4.400)	(18.359)	75.723
PIS e COFINS	3.635	70.400		(35.270)	(1.242)	(32.215)	5.308
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	16	42		(46)		5	17
IRRF sobre juros s/ capital próprio	4.442	3.398		(3.933)		(509)	3.398
Encargos com pessoal	35	170		(178)			27
Total Circulante	8.128	74.010	-	(39.427)	(1.242)	(32.719)	8.750

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2020
Ativos compensáveis							
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.907	-	138	32.556	(2.201)	(30.869)	14.531
Total Circulante	14.907	-	138	32.556	(2.201)	(30.869)	14.531
Outros tributos compensáveis							
ICMS	15	-	-	-	-	-	15
PIS e COFINS	707	33.062	-	-	-	(33.062)	707
IRRF sobre aplicações financeiras	1.541	984	-	-	65	(673)	1.917
IRRF sobre juros s/ capital próprio	3.624	2.478	-	-	(3.506)	(118)	2.478
IR/CS retidos sobre faturamento	49	-	-	-	-	-	49
Outros	248	-	-	-	-	5	253
Total Circulante	6.184	36.524	-	-	(3.441)	(33.848)	5.419
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	31.141	112.856	-	(32.723)	(4.400)	(31.151)	75.723
Total Circulante	31.141	112.856	-	(32.723)	(4.400)	(31.151)	75.723
Outros tributos a recolher							
ICMS	11	336	-	(261)	-	-	86
PIS e COFINS	5.143	85.507	-	(49.952)	(1.242)	(33.062)	6.394
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	89	511	-	(330)	-	5	275
IRRF sobre juros s/ capital próprio	8.1 5.791	7.598	-	(5.282)	-	(509)	7.598
Encargos com pessoal	232	3.671	-	(3.563)	-	-	340
Total Circulante	11.266	97.623	-	(59.388)	(1.242)	(33.566)	14.693

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia e sua controlada apresentam os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia ou sua controlada pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

8.1 IRRF sobre juros s/ capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte da Companhia e de sua controlada, à alíquota de 15%, incidente sobre os valores pagos à título de Juros sobre o Capital Próprio conforme legislação. Os saldos em 31 de dezembro de 2019 são relativos aos JSCPs deliberados no exercício de 2019, sendo integralmente liquidados em janeiro de 2020. Os saldos em 31 de dezembro de 2020 são relativos aos IRRF sobre JSCPs deliberados no exercício de 2020 a serem liquidados durante o exercício de 2021.

9 Tributos diferidos

Nota	Controlada				Consolidado			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Não Circulante							
PIS e COFINS			2	2			16	12
Imposto de renda e contribuição social	9.1 19.524	57.363			19.524	57.363	24.938	32.822
Total	19.524	57.363	2	2	19.524	57.363	24.954	32.834

9.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

9.1.1 Composição

Natureza dos créditos	Nota	Controladora					
		Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
Diferenças temporárias							
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			94			(94)	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		2.128	2.126			2	143
Ações preferenciais resgatáveis	9.1.1.2	3.371	3.583	2.107	2.140	(179)	(175)
Direito de concessão - Outros	1.1			31.913		(31.913)	
Outras		9	36	27	24	(30)	83
Total Diferenças Temporárias		5.508	5.839	34.047	2.164	(32.214)	51
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.1.1.1	48.063	53.688			(5.625)	(5.880)
Total bruto		53.571	59.527	34.047	2.164	(37.839)	(5.829)
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(34.047)	(2.164)	(34.047)	(2.164)		
Total		19.524	57.363	-	-	-	-

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Natureza dos créditos	Nota	Consolidado							
		Ativo Não Circulante		Passivo Não Circulante		Resultado		Patrimônio Líquido	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Diferenças temporárias									
Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD			94			(94)			
Benefício pós-emprego		454	435			19	285		
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		5.313	4.541			772	(237)		
Uso do bem público		19.982	17.065	2.643	2.863	3.137	525		
Ações preferenciais resgatáveis	9.1.1.2	3.371	3.583	43.075	45.722	2.435	2.359		
Benefício pós-emprego - Outros resultados abrangentes		74	50			46	(234)	(22)	117
Direito de concessão - Outros	1.1			31.913		(31.913)			
Licenças ambientais		69		5.189	6.539	1.419	(1.222)		
Outras		216	326	136	117	(129)	(153)		
Total Diferenças Temporárias		29.479	26.094	82.956	55.241	(24.308)	1.323	(22)	117
Crédito fiscal do ágio incorporado	9.1.1.1	48.063	53.688			(5.625)	(5.880)		
Total bruto		77.542	79.782	82.956	55.241	(29.933)	(4.557)	(22)	117
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos		(58.018)	(22.419)	(58.018)	(22.419)				
Total		19.524	57.363	24.938	32.822				

9.1.1.1 Crédito fiscal do ágio incorporado

O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da EDP Lajeado Energia S.A. e da Tocantins Energia S.A., ocorrida em novembro de 2009, representada pelo benefício fiscal proveniente da dedutibilidade do ágio pago pela controladora EDP - Energias do Brasil, o qual foi contabilizado de acordo com as instruções CVM nºs 319/99 e 349/99 e conforme determinação da ANEEL. Está sendo amortizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo da concessão da Investco, que resulta em realização anual média do crédito fiscal de R\$4.005 até dezembro de 2032 (Nota 16.1.2).

9.1.1.2 Ações preferenciais resgatáveis

Referem-se aos tributos diferidos sobre as Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C" da controlada Investco, reconhecidos como instrumento de dívida conforme item 19 do CPC 39, como também sobre o ajuste a valor presente destas ações.

9.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais A Administração da Companhia e de sua controlada elaboraram as projeções de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia e sua controlada estimam recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

Controladora							
2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	A partir de 2029	Total Não Circulante
6.804	6.033	5.777	4.812	4.556	12.388	13.201	53.571
Consolidado							
2021	2022	2023	2024	2025	2026 a 2028	A partir de 2029	Total Não Circulante
10.506	9.735	9.479	7.385	7.129	20.107	13.201	77.542

10 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos (Nota 11), dos saldos a pagar e a receber relativos ao contrato de arrendamento da UHE Lajeado (Notas 7 e 17) e dos montantes a pagar e a receber relativos às ações preferenciais da classe "A", "B" e "C" da Investco (Notas 6.1 e 19), os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua Controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, estão apresentados como segue:

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Controladora										
			Ativo				Passivo				Receitas (Despesas)		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		Operacionais		
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	
Concessionárias (Nota 5)													
Suprimento de energia elétrica													
EDP São Paulo	Controle comum	244,81	01/01/2008 à 31/12/2037	2	3							26	25
EDP São Paulo	Controle comum	246,94	01/01/2009 à 31/12/2038	14	13							118	114
EDP São Paulo	Controle comum	229,97	01/01/2009 à 31/12/2038	45	43							384	373
EDP Comercializadora	Controle comum		12/12/2001 à 31/12/2022	16.238	17.395							228.144	189.033
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2019 à 31/12/2019		8.934								276.196
EDP Espírito Santo	Controle comum	242,67	01/01/2008 à 31/12/2037	4	5							54	53
EDP Espírito Santo	Controle comum	244,78	01/01/2009 à 31/12/2038	8	9							98	95
EDP Espírito Santo	Controle comum	227,96	01/01/2009 à 31/12/2038	36	38							320	311
Energest	Controle comum	39,68	01/04/2020 à 30/04/2020									1.886	
Porto do Pecém	Controle comum	348,16	01/03/2020 à 31/03/2020									1.806	
Uso do sistema de transmissão													
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2003 à 16/12/2032	1.494	1.443							17.701	16.851
				17.841	27.883	-	-	-	-	-	-	250.537	483.051
Fornecedores (Nota 17)													
Suprimento de energia elétrica													
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2019 à 31/12/2019						8.855				(104.269)
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2019 à 31/10/2019										(165.278)
EDP Comercializadora	Controle comum		01/05/2020 à 31/12/2020					4.397				(34.751)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/07/2020 à 31/12/2020					1.576				(9.353)	
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2020 à 30/11/2020									(68.739)	
Energest	Controle comum	243,64	01/05/2016 à 31/12/2019						1.631				(19.211)
Energest	Controle comum	184,63	01/01/2019 à 31/12/2020					2.335	1.121			(27.570)	(35.399)
EDP São Paulo	Controle comum	227,24	01/02/2019 à 31/12/2019						4.049				(43.631)
EDP Espírito Santo	Controle comum	227,24	01/02/2019 à 31/12/2019						2.593				(27.939)
Porto do Pecém	Controle comum	39,68	01/03/2020 à 31/03/2020									(206)	
Uso do sistema de transmissão													
EDP Transmissão	Controle comum		09/02/2019 à 31/01/2033					3	3			(36)	(41)
EDP Transmissão MA II	Controle comum		04/01/2020 à 31/01/2033					4				(42)	
				-	-	-	-	8.315	18.252	-	-	(140.697)	(395.768)
Outras contas a pagar (Nota 13)													
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 à 31/12/2021			234				701	(6)	(2.929)	(596)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 à 31/12/2021							11	11	(262)	(98)
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2019 à 31/12/2021							144	826	(1.427)	(2.012)
Contrato de reembolso de prêmio de seguro													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/03/2019										4
				-	-	-	234	-	-	856	831	(4.618)	(2.702)
				17.841	27.883	-	234	8.315	18.252	856	831	105.222	84.581

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Relacionamento	Preço praticado (R\$/MWh)	Duração	Consolidado								Receitas (Despesas)		
			Ativo				Passivo				Operacionais		
			Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante		2020	2019	
Concessionárias (Nota 5)													
Venda de energia elétrica													
Suprimento de energia elétrica													
EDP São Paulo	Controle comum	244,81	01/01/2008 a 31/12/2037	2	3							26	25
EDP São Paulo	Controle comum	232,42	01/01/2009 a 31/12/2038	14	13							118	114
EDP São Paulo	Controle comum	216,43	01/01/2009 a 31/12/2038	45	43							384	373
EDP Comercializadora	Controle comum		12/12/2001 a 31/12/2022	16.238	17.395							228.144	189.033
EDP Comercializadora	Controle comum		01/11/2018 a 30/11/2019		8.934								276.196
EDP Espírito Santo	Controle comum	229,52	01/01/2008 a 31/12/2037	4	5							54	53
EDP Espírito Santo	Controle comum	231,52	01/01/2009 a 31/12/2038	8	9							98	95
EDP Espírito Santo	Controle comum	215,59	01/01/2009 a 31/12/2038	36	38							320	311
EDP São Paulo	Controle comum	192,67	01/08/2002 a 15/12/2032	203	172							2.470	2.322
EDP São Paulo	Controle comum	175,10	01/08/2005 a 15/12/2032	6	5							70	72
Energest	Controle comum	243,64	01/05/2016 a 31/12/2019										
Uso do sistema de transmissão													
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2003 a 16/12/2032	1.494	1.443							17.701	16.851
EDP São Paulo	Controle comum		01/08/2005 a 15/12/2032	20	20							252	240
				18.070	28.080	-	-	-	-	-	-	249.637	485.685
Fornecedores (Nota 17)													
Suprimento de energia elétrica													
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2018 a 31/12/2019					4.397	8.855			(34.751)	(104.269)
EDP Comercializadora	Controle comum		01/01/2018 a 31/12/2019					1.576				(9.353)	(165.278)
Energest	Controle comum	243,64	01/05/2016 a 31/12/2019						1.631				(19.211)
Energest	Controle comum	184,63	01/01/2019 a 31/12/2020					2.335	1.121			2.335	(35.399)
EDP São Paulo	Controle comum	227,24	01/02/2019 a 31/12/2019						4.049				(43.631)
EDP Espírito Santo	Controle comum	227,24	01/02/2019 a 31/12/2019						2.593				(27.939)
Uso do sistema de transmissão													
EDP Transmissão	Controle comum		09/02/2019 a 31/01/2033					3	3			(36)	(41)
EDP Transmissão MA II	Controle comum		04/01/2020 a 31/01/2033					4				(42)	
				-	-	-	-	8.315	18.252	-	-	(41.847)	(395.768)
Outros créditos e Outras contas a pagar (Nota 13)													
Devolução - Prêmio de seguro													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		31/12/2016										
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019			25	351			1.790	726	(4.902)	(752)
Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2015 a 31/12/2019							23	35	(585)	(395)
Contrato de prestação de serviços (d)													
EDP Comercializadora	Controle comum		01/12/2019 a 30/11/2024							69	69	(904)	69
Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (c)													
EDP - Energias do Brasil	Controladora		01/01/2018 a 31/12/2019				38			378	1.028	(3.026)	(3.320)
				-	-	25	389	-	-	2.260	1.858	(9.417)	(4.398)
				18.070	28.080	25	389	8.315	18.252	2.260	1.858	198.373	85.519

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.
As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota 31.2.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos: A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

O contrato possuía vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva.

A ANEEL se manifestou informando que não é mais necessária a anuência prévia para a celebração do termo aditivo do contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, que passa a compartilhar as despesas de pessoal entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança SC, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II, e EDP Transmissão SP-MG. O contrato manterá o critério de rateio regulatório conforme acima e sua nova vigência será até dezembro de 2021.

(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Companhia possui instalada uma filial.

Em 26 de janeiro de 2016 foi emitida a Resolução Normativa ANEEL nº 699 que apresentou novos critérios para os atos jurídicos entre partes relacionadas. Considerando a publicação da referida Resolução, que revogou a Resolução Normativa ANEEL nº 334/08, o Contrato de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura poderá sofrer alterações quando da sua renovação.

Foi firmado contrato de compartilhamento de infraestrutura com vigência de 36 meses a partir de 1º de janeiro de 2019 para as Companhias EDP - Energias do Brasil e suas partes relacionadas EDP Comercializadora, EDP GRID, EDP Soluções, Lajeado, Porto do Pecém, Investco, EDP Varejista e Instituto EDP considerando os mesmos critérios adotados em contratos anteriores.

(c) Contrato de Compartilhamento de Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.

O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas encontram-se excluídas do compartilhamento.

Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Companhia.

Em 10 de dezembro de 2019 o contrato de compartilhamento de *backoffice* foi anuído pela ANEEL, por meio do Despacho nº 3.399, onde sua vigência será referente aos exercícios de 2019 a 2021 para a EDP Energias do Brasil e suas partes relacionadas: EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Porto do Pecém, EDP Transmissão, EDP Transmissão Aliança, EDP Transmissão MA I, EDP Transmissão MA II e EDP Transmissão SP-MG. O critério de rateio considera os mesmos direcionadores mencionados acima, suportado por consultoria especializada independente.

(d) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Comercializadora. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. O contrato possui vigência de 60 meses, a partir de 01 de dezembro de 2019 com término em 30 de novembro de 2024. O valor total dos serviços contratados é de R\$4.140, a serem pagos em parcelas mensais de R\$69, atualizado anualmente pelo IPCA.

10.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Companhia é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Compromissos contratuais

A Companhia possui dois contratos de compra de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a EDP Comercialização (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 17 MWm com início de suprimento em 1º de janeiro de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021; e (ii) 28 MWm com início de suprimento em 1º de julho de 2021 e término em 31 de dezembro de 2021.

Possui também três contratos de venda de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL junto a EDP Comercialização (controlada da EDP - Energias do Brasil) de: (i) 10 MWm com início de suprimento em 1º de março de 2021 e término em 31 de março de 2021; (ii) 10 MWm com início de suprimento em 1º de abril de 2021 e término em 30 de junho de 2021; e (iii) 57,6 MWm com início de suprimento em 1º de março de 2021 e término em 31 de dezembro de 2024.

10.3 Remuneração dos administradores

	2020			2019		
	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total	Diretoria Estatutária	Conselho da Administração	Total
Remuneração (a)	214	174	388	323	170	493
Benefícios de curto prazo (b)	32		32	23		23
Benefícios - Previdência Privada	11		11	32		32
Total	257	174	431	378	170	548

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

11 Dividendos – Ativos e Passivos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral. Os dividendos a receber são registrados como ativo nas demonstrações financeiras da Companhia, em consonância com a prática contábil do passivo anteriormente descrita.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. Para o JSCP a receber, são inicialmente registrados em receitas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida ao investimento.

Dividendos adicionais do exercício de 2019

Foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária - AGOE, realizada em 01 de julho de 2020, a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 com a destinação de JSCP no valor bruto de R\$29.615, sendo R\$25.173 líquido de Imposto de renda, dividendos intermediários no valor de R\$60.000 e dividendos complementares no valor de R\$62.871. Deste montante, já haviam sido contabilizados como dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2019 o montante relativo ao JSCP e R\$60.000 como dividendos intermediários. Os montantes foram pagos integralmente da seguinte forma: (i) R\$60.000 em 28 de junho de 2019; (ii) R\$25.173 em 21 de agosto de 2020; e (iii) 62.871 em 24 de agosto de 2020.

JSCP

Em 22 de dezembro de 2020, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2020 no montante bruto de R\$22.651, sendo R\$19.254 líquido de Imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

	Controladora						
	31/12/2019	Dividendos		JSCP	Partes beneficiárias (Nota 23.3.1)	Recebimentos / Pagamentos	31/12/2020
		Complementares	Adicionais				
Ativo							
Investco	4.273		16.658	13.658		(20.931)	13.658
	4.273	-	16.658	13.658	-	(20.931)	13.658
Passivo							
EDP - Energias do Brasil	15.798	31.806	29.495	9.033		(45.293)	40.839
Eletrobras	56.395	95.002		9.563	26.784	(56.395)	131.349
Governo do Tocantins	1.151	2.316	2.148	658		(3.299)	2.974
	73.344	129.124	31.643	19.254	26.784	(104.987)	175.162
	Consolidado						
	31/12/2019	Dividendos		JSCP	Partes beneficiárias (Nota 23.3.1)	Pagamentos	31/12/2020
		Complementares	Adicionais				
Passivo							
EDP - Energias do Brasil	15.798	31.806	29.495	9.033		(45.293)	40.839
CEB Lajeado	1.171		4.564	3.742		(5.735)	3.742
Paulista Lajeado Energia	410		1.598	1.311		(2.008)	1.311
Eletrobras	56.395	95.002		9.563	26.784	(56.395)	131.349
Acionistas não controladores (*)	2.780						2.780
Governo do Tocantins	1.151	2.316	2.148	658		(3.299)	2.974
	77.705	129.124	37.805	24.307	26.784	(112.730)	182.995

(*) O saldo de Acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2020 de R\$2.780 (R\$2.780 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos montantes os quais a instituição financeira responsável pelas distribuições (agente custodiante) não identificou dados cadastrais de conta corrente válidos para efetuar o devido pagamento. Conforme o disposto no Artigo 287, inciso II, da Lei nº 6.404/76, consideram-se prescritos em três anos os dividendos não pagos contado o prazo da data em que tenham sido postos à disposição do acionista.

12 Prêmio de risco - GSF

Devido a adesão da repactuação do risco hidrológico no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde 92% da exposição ao *Generation Scaling Factor - GSF* é protegida, o saldo do Ativo circulante e Não circulante na Companhia de R\$22.826 (R\$24.988 em 31 de dezembro de 2019) e no Consolidado de R\$22.682 (R\$25.431 em 31 de dezembro de 2019), referem-se aos prêmios equivalentes aos montantes pagos de GSF nas competências de janeiro a dezembro de 2015, amortizável linearmente no período de janeiro de 2015 a março de 2029, de acordo com os Despachos nº 4.130 e 4.133 de 23 de dezembro de 2015. No exercício foram amortizados os montantes na Companhia de R\$2.701 (R\$2.701 em 2019) e no Consolidado de R\$2.749 (R\$2.751 em 2019).

13 Outros créditos – Ativo e Outras contas a pagar – Passivo

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Circulante		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Outros créditos - Ativo									
Serviços em curso					39	28	481	491	
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10					234	25	389	
Estoques	13.2				7.205	6.932			
Depósitos judiciais	22.1			1.086	1.077		2.033	1.749	
Outros		16	23		120	160		18	
Total		16	23	1.086	1.311	7.364	7.120	2.539	2.647
Outras contas a pagar - Passivo									
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	10			856	831		2.260	1.858	
Arrendamentos e aluguéis	13.1	114	206		77	265	868	129	430
Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.3	172	184			2.745	2.308		
Encargos Setoriais	13.4	8.352	7.540		1.092	8.402	7.576		1.092
Outros		7	10		1	304	285		2
Total		8.645	7.940	856	2.001	11.716	11.037	2.389	3.382

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



13.1 Arrendamentos e Aluguéis

Em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia efetuou o registro dos montantes a pagar dos contratos de arrendamentos e aluguéis conforme demonstrado abaixo:

	Controladora								
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixa	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Edifícios	157	103	(195)	(36)	85	5	(5)		114
Veículos	49		(12)	(24)		1	(14)		-
Total Circulante	206	103	(207)	(60)	85	6	(19)	-	114
Edifícios	77			2	(85)	6			-
Total Não circulante	77	-	-	2	(85)	6	-	-	-

	Consolidado								
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Pagamentos	Juros e Atualização Monetária	Transferências	AVP	Baixa	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Edifícios	581	117	(625)	(155)	356	16	(21)	(4)	265
Veículos	287		(69)	(141)		6	(83)		-
Total Circulante	868	117	(694)	(296)	356	22	(104)	(4)	265
Edifícios	430			22	(356)	33			129
Total Não circulante	430	-	-	22	(356)	33	-	-	129

Os montantes registrados no passivo estão atualizados pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M e encontram-se ajustados a valor presente pelas taxas que representam o custo de financiamento dos respectivos bens arrendados.

As taxas acima referidas, bem como o vencimento dos referidos arrendamentos e aluguéis consideram o fluxo futuro de pagamentos, conforme abaixo:

Ano	Controladora	
	Valor	Taxas (%)
2021	110	8,51%
Juros embutidos	4	
Total Circulante	114	

Ano	Consolidado	
	Valor	Taxas (%)
2021	254	8,51%
Juros embutidos	11	
Total Circulante	265	
2022	91	9,81%
2023	26	9,81%
Juros embutidos	12	
Total Não circulante	129	

O direito potencial de PIS/COFINS a recuperar, embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento, estão demonstrados a seguir:

Fluxos de caixa	Controladora		Consolidado	
	Nominal	Com AVP	Nominal	Com AVP
Contraprestação do arrendamento	116	114	428	394
PIS/COFINS potencial (9,25%)	(11)	(11)	(40)	(36)

13.2

Estoques

A totalidade do saldo dos estoques em 31 de dezembro de 2020 de R\$7.205 (R\$6.932 em 31 de dezembro de 2019) refere-se aos materiais utilizados na operação e manutenção da UHE Lajeado. Os materiais utilizados na construção da infraestrutura da concessão estão classificados no Imobilizado (Nota 15) pelo montante, em 31 de dezembro de 2020, de R\$921 (R\$796 em 31 de dezembro de 2019).

Os estoques estão demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, deduzidos de eventual perda no valor recuperável. O método de avaliação dos estoques é efetuado com base na média ponderada móvel.

13.3

Obrigações sociais e trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

13.4

Encargos setoriais

Do saldo total consolidado em 31 de dezembro de 2020 de R\$8.402 (R\$8.668 em 31 de dezembro de 2019), R\$5.221 (R\$6.567 em 31 de dezembro de 2019) referem-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrados pela Companhia e sua controlada e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia e sua controlada têm a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio das Resoluções Normativas ANEEL nº 316/08, aplicada até setembro de 2012, alterada pela Resolução Normativa nº 504/12. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



14 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o investimento na Investco, na qual a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, acompanhada de uma participação de 73% dos direitos a voto (capital votante), é avaliado por equivalência patrimonial. A existência e o efeito de possíveis direitos a voto prontamente praticáveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A consolidação cessará a partir da data em que a Companhia não mais obtiver o controle da investida.

14.1 Movimentação dos investimentos no exercício

	Nota	Controladora				% Participação direta			
		Saldo em 31/12/2019	Amortizações	Equivalência patrimonial	Dividendos / JSCP	Outros resultados abrangentes	Saldo em 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
Investimentos									
Investco		671.340		25.142	(32.727)	33	663.788	73,00	73,00
Direito de Concessão	14.1.1	373.405	(28.723)				344.682		
Total		1.044.745	(28.723)	25.142	(32.727)	33	1.008.470		

14.1.1 Direito de Concessão

Refere-se à parcela cindida do ágio incorporado decorrente da aquisição de ações, o qual foi contabilizado de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/99 e ICPC 09 e, conforme determinação da ANEEL, está sendo realizado pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo de concessão da Investco.

O ágio é baseado em rentabilidade futura, suportado por laudo de avaliação econômico-financeiro emitido por avaliador independente e está sendo amortizado linearmente pelo prazo restante da concessão, até dezembro de 2032, não gerando benefícios fiscais para a Companhia.

Para fins de consolidação, o Direito de Concessão é classificado como Intangível (Nota 16).

14.2 Participação direta do investimento

Ações / Quotas possuídas pela Companhia (Mil)	Investco	
	31/12/2020	31/12/2019
Ordinárias	293.608	293.608
Preferenciais	197.007	197.007
% de participação da Companhia		
Capital social integralizado	62,39	62,39
Capital votante	73,00	73,00
Ativos totais	1.157.932	1.142.690
Passivos (Circulantes e Não circulantes)	248.631	223.046
Patrimônio líquido	909.301	919.644
Receitas	146.886	188.053
Resultado líquido do exercício	34.442	72.075

14.3 Reconciliação das demonstrações financeiras do Investimento

	Investco	
	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido - Saldo inicial	919.644	895.878
Distribuição de dividendos aos acionistas	(44.832)	(48.082)
Lucro líquido do exercício	34.442	72.075
Outros resultados abrangentes	47	(227)
Patrimônio líquido - Saldo final	909.301	919.644
Percentual de participação societária - %	73%	73%
Participação nos investimentos	663.789	671.339
Direito de concessão	344.682	373.405
Saldo contábil do investimento na Controladora	1.008.471	1.044.744

15 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, os ativos de infraestrutura utilizados na geração são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraídos do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº674 de 11 de agosto de 2015.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Em 31 de dezembro de 2020 o teste de recuperação do ágio da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perdas nos ativos intangíveis. No exercício não foram constatadas evidências de perdas não recuperáveis, eventos ou alterações nas premissas e circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

16.1.2.1 Provisão para manutenção de dividendos - Efeitos CVM nºs 319/99 e 349/99

Saldo do ágio não amortizado da EDP Lajeado Energia	141.362
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Benefício fiscal de amortização do ágio (Nota 9.1.1.1)	<u>48.063</u>

Provisão para manutenção dos dividendos	93.299
-----------------------------------------	--------

A constituição da provisão para manutenção dos dividendos visa ajustar o valor do ágio pago ao valor do benefício fiscal esperado por sua amortização e, conseqüentemente, ajustar o fluxo de dividendos futuros da Companhia, para que este não seja afetado negativamente pela despesa incorrida na amortização contábil do ágio.

A provisão tem o objetivo de reduzir o valor do ágio, após a incorporação da EDP Lajeado, ao seu montante líquido (representativo do efetivo benefício fiscal), parcela que possui substância econômica que lhe permite ser considerada um ativo da Companhia em contrapartida da Reserva Especial de Ágio, no montante original de R\$127.827, no Patrimônio líquido (Nota 23.3.2).

16.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Controladora			Consolidado				
		Valor líquido em		Valor líquido em	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Baixas	Reclassificações	Valor líquido em
		31/12/2019	Ingressos	31/12/2020					
Intangível em serviço									
Direito de concessão - Outros	1.1	-	93.862	93.862					
Total Intangível		-	93.862	93.862					
Intangível em serviço									
Software		245		58	(100)				203
Direito de concessão - Licenças ambientais		14.312			(2.872)	(642)			10.798
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP		8.422			(648)				7.774
Direito de concessão - Outros	1.1	373.404	93.862		(28.724)				438.542
Total do Intangível em serviço		396.383	93.862	58	(32.344)	(642)	-		457.317
Intangível em curso									
Outros Intangíveis em curso	22.2	385	100	(58)			(21)		406
Total do Intangível em curso		385	100	(58)	-	-	(21)		406
Total Intangível		396.768	93.962	-	(32.344)	(642)	(21)		457.723

17 Fornecedores

	Nota	Controladora		Consolidado	
		Circulante		Circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Investco - Arrendamento	17.1	9.269	12.102		
Suprimento de energia elétrica	25.1	8.308	19.253	8.308	19.253
Encargos de uso da rede elétrica		5.751	5.556	5.813	5.616
Operações CCEE			6.158		6.158
Materiais e serviços		723	3.069	5.133	6.329
Total		24.051	46.138	19.254	37.356

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

17.1 Investco – Arrendamento

Refere-se ao Instrumento Particular de Contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001 e aditado em 23 de junho de 2009 (Nota 7).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18 Debêntures
18.1 Composição do saldo de Debêntures

Agente fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Controladora e Consolidado							
										31/12/2020				31/12/2019			
										Encargos		Principal		Encargos		Principal	
										Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	1ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2020	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	109% do CDI a.a.	Principal em parcela única em dezembro/2020 e juros semestral	-	285	100.000	-	-	100.000	-	100.285
(-) Custos de emissão	Instrução CVM nº 476/09	200.000	1	200.000	2ª série da 2ª emissão em 08/12/2017	08/12/2017 a 08/12/2022	Readequação da estrutura de capital, com redução de capital social.	113,70% do CDI a.a.	Principal anual a partir de dezembro/2021 e juros semestral	271	100.000	100.000	200.271	597	-	200.000	200.597
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários				(1.635)		08/12/2017 a 08/12/2022			Amortização mensal		(160)	(78)	(238)		(37)	(481)	(518)
Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	3ª emissão em 14/11/2018	14/11/2018 a 20/10/2022	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	109,25% do CDI a.a.	Principal anual a partir de outubro/2021 e juros semestral	410	50.000	50.000	100.410	1.013	-	100.000	101.013
(-) Custos de emissão				(351)		14/11/2018 a 20/10/2022			Amortização mensal		(92)	(41)	(133)			(417)	(417)
Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Instrução CVM nº 476/09	100.000	1	100.000	4ª emissão em 19/11/2019	19/11/2019 a 19/11/2020	Capital de Giro de Refinanciamento de Dívida	CDI + 0,20% a.a.	Principal e juros em parcela única no vencimento	-	493	100.000	-	493	100.000	-	100.493
(-) Custos de emissão						19/11/2019 a 19/11/2020			Amortização mensal				-		(43)		(43)
Total										681	149.748	149.881	300.310	2.388	199.920	299.102	501.410

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



18.2 Movimentação das debêntures no exercício

	Controladora e Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2019	Ingressos	Pagamentos	Juros provisionados	Transferências	Amortização do custo de transação	Valor líquido em 31/12/2020
Circulante							
Debêntures							
Principal	200.000		(200.000)		150.000		150.000
Juros	2.388		(16.574)	14.867			681
Custo de transação	(80)	(110)			(779)	717	(252)
	<u>202.308</u>	<u>(110)</u>	<u>(216.574)</u>	<u>14.867</u>	<u>149.221</u>	<u>717</u>	<u>150.429</u>
Não circulante							
Debêntures							
Principal	300.000				(150.000)		150.000
Custo de transação	(898)				779		(119)
	<u>299.102</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(149.221)</u>	<u>-</u>	<u>149.881</u>

18.3 Vencimento das parcelas

Controladora e Consolidado	
Vencimento	
Circulante	
2021	150.429
	<u>150.429</u>
Não circulante	
2022	149.881
	<u>149.881</u>
Total	<u>300.310</u>

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas podem ser consultadas no prospecto ou na escritura da emissão:

• Para todas as emissões:

(i) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada no período estipulado pela Escritura de Emissão;

(ii) descumprimento, de qualquer obrigação referente ao principal e/ou à remuneração, não sanadas no período estipulado;

(iii) pedido de aut falência, liquidação, dissolução ou decretação de falência;

(iv) se a Emissora propuser plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; e

(v) descumprimento de sentença condenatória final transitada em julgado em ação judicial cujo valor individual ou agregado seja superior a R\$75.000, sem que esteja em curso eventual ajuntamento, de boa-fé, pela Companhia de medidas judiciais visando suspender ou reverter os efeitos.

• Específicas para a 2ª e 3ª emissões:

(i) realização, pela Emissora, de cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma relevante de reorganização societária, exceto se referida alienação: (a) não resultar em alteração de controle; (b) for previamente autorizada por debenturistas representando pelo menos 2/3 das debêntures em circulação; ou (c) tiver sido assegurado aos debenturistas, durante o prazo mínimo de 6 meses após a publicação dos atos, o direito de resgatar as debêntures de sua titularidade;

(ii) protesto de títulos, contra a Emissora ou contra a controlada, em valor individual ou agregado, superior a R\$75.000, não sanado no prazo de 10 dias; e

(iii) descumprimento pela Emissora da manutenção do índice financeiro de relação Dívida Líquida/EBITDA não superior a 3,5 a ser apurado na data-base de 31 de dezembro de cada ano.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas nos contratos de emissão de debêntures.

19 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

19.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Característica	Forma de pagamento	Consolidado							
			31/12/2020				31/12/2019			
			Encargos		Principal		Encargos		Principal	Total
Circulante	Não circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Não circulante				
Moeda nacional										
Ações recebíveis cumulativa (v)	Ações preferenciais resgatáveis "A", "B" e "C"	Principal e juros com parcela única ao final do contrato	4.724	32.767	53.123	90.614	1.710	34.291	48.871	84.872
Total			<u>4.724</u>	<u>32.767</u>	<u>53.123</u>	<u>90.614</u>	<u>1.710</u>	<u>34.291</u>	<u>48.871</u>	<u>84.872</u>

Os empréstimos e financiamentos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Referem-se às ações preferenciais resgatáveis das classes "A", "B" e "C" emitidas pela Investco no montante original de R\$144.556, onde, de acordo com o artigo 8º do seu Estatuto Social, os detentores de tais ações gozam do direito de recebimento de um dividendo anual fixo (juros), cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Adicionalmente, de acordo com o artigo 9º, as ações preferenciais resgatáveis das classes "A" e "C", terão direito a equiparação na distribuição de dividendos caso sejam pagos dividendos a outras classes de ações superiores ao valor unitário dos dividendos anuais fixos.

O saldo em 31 de dezembro de 2020 de R\$90.614 (R\$84.872 em 31 de dezembro de 2019) contempla o montante original e os juros até 2033 (término da concessão), ambos descontados a valor presente pela taxa de 8,70% a.a., que equivale ao custo médio de captação da Investco na data de avaliação das ações.

Devido às suas características, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da Investco não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



19.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no exercício

	Consolidado					Valor líquido em 31/12/2020
	Valor líquido em 31/12/2019	Pagamentos	Juros provisionados (Nota 19.2.1)	Transferências	Ajuste a valor presente	
Circulante						
Juros	1.710	(9.148)	7.826	4.336	-	4.724
	1.710	(9.148)	7.826	4.336	-	4.724
Não circulante						
Principal	48.871				4.252	53.123
Juros	34.291			(4.336)	2.812	32.767
	83.162	-	-	(4.336)	7.064	85.890

19.2.1 Juros provisionados

Referem-se aos dividendos intermediários e complementares destinados aos acionistas detentores de ações preferenciais de Classes "A", "B" e "C", conforme descrito nos artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Investco, registrados em contrapartida da despesa financeira (Nota 26).

19.3 Vencimento das parcelas

	Consolidado
Circulante	
2021	4.724
	4.724
Não circulante	
2022	3.989
2023	3.671
2024	3.377
2025	3.106
2026 até 2030	12.176
2031 até 2035	59.571
	85.890
Total	90.614

20 Benefícios pós-emprego

A Companhia e a controlada mantêm atualmente plano de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores na modalidade de Contribuição definida e a controlada Investco mantém plano de Assistência médica decorrente da Lei nº 9.656/98 na modalidade de benefício definido.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12, a contabilização de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33 (R1). Para atendimento a essa exigência a Investco contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial para o plano de Assistência médica, segundo o Método do Crédito Unitário Projetado.

A Investco reconhece as obrigações dos planos de benefício definido se o valor presente da obrigação, na data da demonstração financeira, é maior que o valor justo dos ativos do plano. Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no exercício em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes. Os custos com serviços passados são reconhecidos no exercício em que ocorrem, integralmente no resultado na rubrica de Pessoal, e o resultado financeiro do benefício é calculado sobre o déficit/superávit atuarial utilizando a taxa de desconto do laudo vigente.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Assistência médica - Lei nº 9.656/98	50	33	1.501	1.393
Contribuição definida	5			
	55	33	1.501	1.393

20.1 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo de Assistência médica da Investco de abril de 2005 até dezembro de 2011 atendiam a essa condição.

A avaliação atuarial realizada na data-base 31 de dezembro de 2020 demonstrou uma obrigação presente para este plano do tipo benefício definido. Segue abaixo a movimentação das obrigações do plano de benefícios reconhecidos no passivo no exercício:

	Nota	Consolidado	
		Valor presente das obrigações do plano	(Passivo) reconhecido
Saldos em 31 de dezembro de 2019		(1.426)	(1.426)
Custo do serviço corrente		(81)	(81)
Custo dos juros	26	(113)	(113)
Ganhos/(perdas) atuariais reconhecidos no PL		69	69
Saldos em 31 de dezembro de 2020		(1.551)	(1.551)

20.2 Contribuição definida

A Companhia, sua controlada e as demais empresas do Grupo EDP - Energias do Brasil são patrocinadoras do Plano Energias do Brasil administrado pela Enerprev, o qual encontra-se aberto para adesão de novos participantes. Neste plano, o participante pode contribuir com o percentual fixo de 1% até 7% do salário de contribuição, no qual o percentual da contribuição das patrocinadoras em seu favor no referido plano também ocorrerá na mesma proporção, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia e as demais patrocinadoras. Os participantes poderão ainda participar com contribuições voluntárias mensais, que equivalem a um percentual de sua livre escolha aplicado sobre o seu salário de contribuição, ou anuais, por meio de um valor único a escolha do participante. Este tipo de contribuição é efetuada adicionalmente à contribuição básica, sem a proporcional contribuição das patrocinadoras.

Na qualidade de patrocinadora, a Companhia e a controlada contribuíram no exercício com R\$283 (R\$310 em 2019). Esses planos em 31 de dezembro de 2020 tem a adesão de 49 colaboradores (47 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



21 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O valor justo total da obrigação relacionada com o UBP até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 16) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representava o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Consolidado					Saldo em 31/12/2020
	Saldo em 31/12/2019	Ajuste a valor presente	Encargos e atualizações monetárias	Pagamentos	Transferência	
Circulante						
Uso do bem público	5.181	(35)	674	(5.360)	5.951	6.411
	5.181	(35)	674	(5.360)	5.951	6.411
Não Circulante						
Uso do bem público	45.008	-	13.303	-	(5.951)	52.360
	45.008	-	13.303	-	(5.951)	52.360

22 Provisões

	Nota	Controladora		Consolidado			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	22.1	440	432	-	-	14.005	11.662
Licenças ambientais	22.2	-	-	4.556	5.368	10.130	9.113
Total		440	432	4.556	5.368	24.135	20.775

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

22.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia e sua controlada são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio de assessores jurídicos.

22.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Controladora				Consolidado							
	Passivo		Ativo		Passivo		Ativo					
	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020	Depósito Judicial (Nota 13) 31/12/2020	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Reversões	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2020	Depósito Judicial (Nota 13) 31/12/2020	31/12/2019
Fiscais	418	8	426	257	-	-	-	-	8	426	257	257
Outros	14	-	14	-	-	-	-	-	-	608	-	602
Total Não circulante	432	8	440	257	-	-	-	-	2.036	14.005	477	859

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na controlada é de R\$1.109 em 31 de dezembro de 2020 (R\$909 em 31 de dezembro de 2019).

22.1.1.1 Cíveis

Indenizações

Indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Investco por conta do citado enchimento, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.725 (R\$2.071 em 31 de dezembro de 2019).

Desapropriações

Referem-se à indenizações a título de desapropriações propostas pela Investco para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Investco e o valor pretendido pelo expropriado, cujo montante provisionado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$10.246 (R\$8.637 em 31 de dezembro de 2019). O saldo dos Depósitos judiciais, relacionados a estes processos, em 31 de dezembro 2020 é de R\$13.138 (R\$13.138 em 31 de dezembro de 2019) e estão registrados no Imobilizado em curso - Depósitos judiciais (Nota 15.2).

Fiscais

Processo judicial da Companhia em face da Receita Federal, objetivando o cancelamento da multa de PIS e COFINS do período de 2004 e reconhecimento da denúncia espontânea, sendo que o débito está garantido por depósito judicial. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$426 (R\$418 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente aguarda-se o cumprimento da sentença e conversão do depósito.

22.1.1.2 Outros

Referem-se a honorários de êxito junto a assessores jurídicos pelas ações judiciais que encontram-se em andamento.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Ativo		Ativo		Ativo		Ativo	
	Depósito Judicial (Nota 13)		Depósito Judicial (Nota 13)		Depósito Judicial (Nota 13)		Depósito Judicial (Nota 13)	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas							58	55
Cíveis	7.240	6.045			141.392	118.479		
Fiscais	197.763	153.611	829	820	201.544	157.195	829	820
Total	205.003	159.656	829	820	342.936	275.674	887	875

O valor total referente as garantias de provisões possíveis em 31 de dezembro de 2020 na Companhia é de R\$101.189 (R\$97.693 em 31 de dezembro de 2019) e na controlada R\$925 (R\$904 em 31 de dezembro de 2019).

22.1.2.1 Cíveis

Indenizações

Referem-se, em sua grande maioria, às ações descritas na nota 22.1.1.1 Cíveis - Indenizações, no montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$133.957 (R\$112.267 em 31 de dezembro de 2019).

Desapropriações

Referem-se a ações descritas na nota 22.1.1.1 Cíveis - Desapropriações, no montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$95 (R\$79 em 31 de dezembro de 2019).

22.1.2.2 Fiscais

- Discussões nas esferas administrativa e judicial decorrente da autuação da Receita Federal do Brasil - RFB em 2014, que visa a cobrança de IRPJ e CSLL em decorrência da glosa de despesas com ágio gerado na aquisição de participação societária. O valor atualizado até 31 de dezembro de 2020 é de R\$142.330 (R\$130.583 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente, aguarda-se o julgamento da cobrança da multa majorada na esfera administrativa e na esfera judicial dos demais valores em cobrança (principal atualizado com acréscimo dos encargos da Procuradoria).

- Auto de infração lavrado pela RFB, objetivando à cobrança de multa por supostas informações incorretas nas obrigações acessórias (EFD ICMS/PI e EFD Contribuições), bem como a cobrança de PIS e COFINS do período de 2016, visto que a RFB não considerou as peculiaridades do setor de energia para fins de apuração desses impostos. O montante total é de R\$24.584 em 31 de dezembro de 2020. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

- Discussão na esfera administrativa relativa à não homologação pela Receita Federal, dos créditos de saldo negativo de IRPJ do ano-calendário de 2014, envolvendo o montante em 31 de dezembro de 2020 de R\$6.763. A Companhia apresentou defesa e aguarda o julgamento.

22.2 Licenças ambientais

Referem-se a provisões dos custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental - PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

A Investco realizou o ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa implícita ao projeto de 6% a.a., que representa o custo médio de capital da Investco na data da assinatura do contrato de concessão, e compreende o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

Em 22 de dezembro de 2014 foi emitida pelo Instituto Natureza do Tocantins - Naturatins a renovação da Licença de Operação - LO nº 11.182/14, válida pelo período de 5 anos, a contar da data de emissão. Como condicionantes da LO, a Investco deverá dar continuidade à determinados PBAs relacionados às licenças anteriores.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, e suas devidas renovações, foram reconhecidas como ativo intangível e serão amortizadas pelo prazo que representa a vigência da licença.

A Investco consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Investco entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo de mais 5 anos, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

A Investco segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Investco investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Investco.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício foram de R\$3.879 (R\$2.704 em 2019). Para 2020 e 2019, a totalidade destes montantes referem-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Consolidado							
	Saldo em 31/12/2019	Adições	Pagamentos	Atualização monetária	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2020
Circulante	5.368	133	(3.879)	1.260	2.238	78	(642)	4.556
Não circulante	9.113			2.237	(2.238)	1.018		10.130
Total	14.481	133	(3.879)	3.497	-	1.096	(642)	14.686

23 Patrimônio líquido

23.1 Capital social

O Capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$6.868.

As ações ordinárias são classificadas como Capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

As ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A composição do Capital social em 31 de dezembro de 2020 e 2019, está demonstrada a seguir:

	Quantidade de ações "ON"	% Participação	Quantidade de ações "PNA"	% Participação	Quantidade de ações "PNB"	% Participação	Quantidade Total de ações	% Participação total
EDP - Energias do Brasil	113.690.037	100,00%					113.690.037	55,86%
Governo do Estado de Tocantins					8.278.231	100,00%	8.278.231	4,07%
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras			81.549.616	100,00%			81.549.616	40,07%
Outros	4	0,00%	4	0,00%			8	0,00%
Total	113.690.041	100,00%	81.549.620	100,00%	8.278.231	100,00%	203.517.892	100,00%

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

23.2

Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

(i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;

(ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e

(iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro a ser destinado:			
Lucro líquido apurado no exercício		267.844	169.429
		<u>267.844</u>	<u>169.429</u>
Destinação do lucro:			
Dividendos intermediários - JSCP	11	22.651	29.615
Dividendos intermediários	11		60.000
Dividendos complementares	11	129.124	31.228
Partes beneficiárias		26.784	16.943
Lucro do exercício a deliberar	23.3	<u>89.285</u>	<u>31.643</u>
		<u>267.844</u>	<u>169.429</u>
Dividendos por ação PNA - JSCP		0,13796	0,11865
Dividendos por ação PNB - JSCP		0,09347	0,16348
Dividendos por ação ON - JSCP		0,09347	0,16348
Dividendos intermediários PNA		0,08449	0,32261
Dividendos intermediários PNB		0,27976	0,27623
Dividendos intermediários ON		0,27976	0,27623

De acordo com o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "B" têm as seguintes vantagens:

(i) As ações preferenciais classe "A" gozam do direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial classe "A", 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e

(ii) As ações preferenciais classe "B" gozam do direito de:

- prioridade no recebimento de um dividendo mínimo, não cumulativo, no valor de R\$748; e
- recebimento de dividendo adicional, quando e no montante que o dividendo pago às ações ordinárias exceder o mínimo garantido às ações preferenciais classe "B", calculado por ação, sendo que o pagamento dos dividendos das ações preferenciais classe "B" é subordinado ao pagamento das ações preferenciais classe "A".

O Acordo de Acionistas celebrado com a Eletrobras prevê: (i) distribuição integral dos lucros apurados na forma de dividendos e/ou Juros Sobre o Capital Próprio; e (ii) garantia de rendimento à Eletrobras equivalente a 49,67% do lucro de cada exercício, composto pelos dividendos das ações preferenciais, das partes beneficiárias e reservas constituídas, exceto a de investimentos.

23.3

Reservas

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Reservas de capital			
Partes beneficiárias	23.3.1	451.376	451.376
Ágio na incorporação de sociedade controladora	23.3.2	<u>127.827</u>	<u>127.827</u>
		<u>579.203</u>	<u>579.203</u>
Reservas de lucros			
Legal	23.2	1.372	1.372
Lucro do exercício a deliberar	23.2	<u>89.285</u>	<u>31.643</u>
Total		<u>90.657</u>	<u>33.015</u>
		<u>669.860</u>	<u>612.218</u>

23.3.1

Partes beneficiárias

A Companhia, em AGE de 15 de fevereiro de 2006, aprovou a alteração no Estatuto, criando: (i) 53.210.337 ações preferenciais nominativas não conversíveis, sem direito a voto e que terão direito ao recebimento de dividendos 10% superior ao atribuído a cada ação ordinária; e (ii) 10.000 partes beneficiárias, sem valor nominal, negociáveis e estranhas ao Capital social, conferindo aos seus titulares direito de crédito eventual contra a Companhia, no montante equivalente a 10% do lucro anual apurado pela Companhia, observado o disposto na Lei nº 6.404/76.

Estas ações, bem como as partes beneficiárias, foram integralmente subscritas e adquiridas, naquela data, pela Eletrobras.

O prazo de duração das partes beneficiárias é até 31 de outubro de 2032, quando serão, caso não tenham sido resgatadas, automaticamente convertidas em ações preferenciais Classe "A" (Artigo 14 do Estatuto) correspondente a 5,084% do total das ações emitidas pela Companhia (Artigo 14, Parágrafos 1º e 2º do Estatuto). O resgate pode ocorrer a qualquer tempo por deliberação da Companhia até o término do prazo de duração das partes beneficiárias.

O instrumento denominado partes beneficiárias cumpre com os itens 16C e 16D do CPC 39, e como tal, é classificado como um instrumento patrimonial. Além do exposto, o item AG26 do CPC 39 descreve que, quando as distribuições aos acionistas das ações preferenciais, cumulativas ou não, ocorre de acordo com o critério do emissor, as ações são instrumentos patrimoniais.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

846

Assim, consideramos que ações ordinárias, ações preferenciais e partes beneficiárias devem ser classificadas como o mesmo tipo de instrumento, ou seja, patrimonial, pois possuem basicamente as mesmas características.

Durante a análise do CPC 48, no item 35, a Administração da Companhia entendeu que a distribuição deste instrumento patrimonial deve ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, procedendo desta forma desde o exercício de 2019.

23.3.2 Ágio na incorporação de sociedade controladora

O valor do acervo líquido incorporado pela Companhia, no montante de R\$127.827, foi integralmente destinado à Reserva Especial de Ágio na Incorporação, registrado no Patrimônio Líquido da Companhia na forma do disposto no artigo 6º da Instrução CVM nº 319/99, sem alteração, do montante do capital subscrito e integralizado (Nota 16.1.2.1).

23.4 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, na controlada Investco, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 695/12 e regras estabelecidas no CPC 33 (R1), deduzido do respectivo Imposto de renda e contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no exercício é a seguinte:

	Controladora	
	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2020
Ganhos e (Perdas) atuariais: Benefícios pós-emprego da controlada	71	104
	71	104

24 Receita

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia e sua controlada, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia e sua controlada, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia e sua controlada reconhecem sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

- **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia e sua controlada poderão vender a energia produzida na UHE Lajeado em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

- **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

- **Arrendamentos e alugueis:** A receita de arrendamento é medida pelo valor justo da contraprestação a receber e são reconhecidas em bases mensais conforme os contratos de arrendamento.

Nota	Controladora				Consolidado			
	MWh (*)		R\$		MWh (*)		R\$	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Suprimento - Faturado	3.363.539	4.914.928	690.008	894.662	3.402.885	4.950.445	698.933	901.744
Energia de curto prazo	7.140	81.027	9.709	1.987	8.370	84.529	9.883	2.772
Arrendamentos e alugueis							41.141	53.712
Outras receitas operacionais			43.124	48.210			43.865	48.908
Receita operacional bruta	3.370.679	4.995.955	742.841	944.859	3.411.255	5.034.974	793.822	1.007.136
(-) Deduções à receita operacional								
Tributos sobre a receita								
PIS/COFINS			(68.713)	(87.399)			(73.431)	(93.160)
P&D			(5.735)	(6.370)			(5.814)	(6.439)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos			(15.362)	(10.986)			(15.575)	(11.138)
Hídricos - CFURH								
Outros encargos			(1.995)	(2.004)			(2.023)	(2.032)
			(91.805)	(106.759)			(96.843)	(112.769)
Receitas	3.370.679	4.995.955	651.036	838.100	3.411.255	5.034.974	696.979	894.367

(*) Não auditado pelos auditores independentes.

24.1 Suprimento - Faturado

A variação no exercício é decorrente de redução da quantidade de energia faturada em 2020, quando comparado ao exercício de 2019, substancialmente devido ao encerramento de contrato com a EDP Comercializadora (Nota 10).

25 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia e sua controlada classificam seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados a operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia e da controlada representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora									
	2020					2019				
	Custo do serviço		Despesas Operacionais			Custo do serviço		Despesas Operacionais		
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	166.986				166.986	404.131			404.131
Encargos de uso da rede elétrica		48.122				48.122	45.811			45.811
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.5	(93.862)				(93.862)				-
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2			3.163		3.163			2.245	2.245
Material				57		57			14	14
Serviços de terceiros	25.3			1.981		1.981			1.942	1.942
Depreciação - Imobilizado em serviço				3		3			3	3
Depreciação - Ativos de direito de uso				186		186			132	132
Amortização				28.723		28.723			28.723	28.723
Arrendamentos e aluguéis	25.4		100.944	1		100.945		131.786	16	131.802
Outras		407		209	(13)	603	852		26	309
Total		121.653	100.944	34.323	(13)	256.907	450.794	131.812	33.384	615.990

	Consolidado										
	2020					2019					
	Custo do serviço		Despesas Operacionais			Custo do serviço		Despesas Operacionais			
	Nota	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e administrativas	Outras	Total
Energia elétrica comprada para revenda	25.1	168.134				168.134	404.182				404.182
Encargos de uso da rede elétrica		48.788				48.788	47.270				47.270
Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão	25.5	(93.862)				(93.862)					-
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	25.2		10.875	9.571		20.446		9.152	7.933		17.085
Material			944	181		1.125		931	111		1.042
Serviços de terceiros	25.3		7.319	5.104		12.423		6.562	5.945		12.507
Depreciação - Imobilizado em serviço			34.908	166		35.074		41.410	324		41.734
Depreciação - Ativos de direito de uso				565		565			533		533
Amortização			3.522	28.821		32.343		(1.448)	28.832		27.384
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					373	373				(606)	(606)
Arrendamentos e aluguéis	25.4		1	(4)		(3)			83		83
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					(58)	(58)				1.777	1.777
Outras		412	224	1.681	(103)	2.214	856	946	1.053	46	2.901
Total		123.472	57.793	46.085	212	227.562	452.308	57.553	44.814	1.217	555.892

25.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
		Contratos de compra de energia por quantidade	140.620	415.246	140.800
Energia de curto prazo	88.193	80.147	90.050	81.100	
Outros	826	2.033	863	2.060	
(-) Ressarcimentos CCEE/CONER	(45.633)	(52.102)	(46.442)	(53.026)	
(-) Créditos de PIS/COFINS	(17.020)	(41.193)	(17.137)	(41.198)	
Total		166.986	404.131	168.134	404.182

25.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício de 2020 deve-se substancialmente a compra de energia para constituição de lastro em 2019, com intuito estratégico de evitar uma exposição financeira negativa na CCEE, decorrente dos efeitos do GSF, o que não ocorreu de forma relevante em 2020, atrelado a redução do PLD no exercício corrente.

25.2 Pessoal e Administradores

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Pessoal				
Remuneração	1.477	1.004	9.977	8.421
Encargos	537	370	3.534	2.868
Previdência privada - Corrente	61	41	440	425
Despesas rescisórias	159	63	468	183
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	318	212	1.965	1.459
Outros benefícios - Corrente	399	197	2.515	1.958
Outros benefícios pós-emprego - Déficit ou superávit atuarial				54
Outros			81	
	2.951	1.887	18.980	15.368
Administradores				
Honorários e encargos	202	322	1.436	1.656
Benefícios dos administradores	10	36	30	61
	212	358	1.466	1.717
	3.163	2.245	20.446	17.085

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



25.3 Serviços de terceiros

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Serviços de consultoria	761	583	2.862	2.058
Serviços de manutenção			3.865	4.586
Serviços de limpeza e vigilância			1.369	1.308
Serviços ambientais			390	437
Serviços de informática	66	56	1.271	1.277
Serviços de publicação e publicidade	260	253	440	718
Serviços de telecomunicações			115	204
Serviços de transporte			94	303
Serviços Compartilhados	852	1.015	1.513	1.691
Outros	42	35	504	(75)
	<u>1.981</u>	<u>1.942</u>	<u>12.423</u>	<u>12.507</u>

25.4 Arrendamentos e aluguéis

O reversão do montante de R\$3 registrado em Arrendamentos e aluguéis no Consolidado refere-se a ajustes dos arrendamentos que não foram contemplados pelo CPC 06 (R2) devido as isenções opcionais, e na Controladora de R\$100.945 pela isenção do ICPC 01.

25.5 Recuperação de custo com GSF - Direito de Concessão

O montante de R\$93.862 reconhecido nesta rubrica refere-se a recuperação parcial dos custos com GSF auferidos pela Companhia desde 2012, um incremento de 13,4 meses no prazo de sua concessão (Nota 1.1), estimados pela Companhia com base nos parâmetros regulamentados na Resolução ANEEL nº 895/2020.

26 Resultado financeiro

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receitas financeiras					
Juros e variações monetárias					
Renda de aplicações financeiras e cauções		3.050	4.824	4.930	6.766
Energia vendida		228	2.424	319	2.507
Depósitos judiciais		9	(124)	35	(92)
Juros e multa sobre tributos	8	(4)	211	138	1.061
Remuneração das ações preferenciais		1.072	1.107		
Arrendamentos e aluguéis		46		219	
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(1.736)	(2.648)	(1.840)	(2.810)
Outras receitas financeiras		56	18	126	71
		<u>2.721</u>	<u>5.812</u>	<u>3.927</u>	<u>7.503</u>
Despesas financeiras					
Encargos de dívida					
Empréstimos e financiamentos	19.2			(7.826)	(8.770)
Debêntures	18.2	(15.584)	(37.035)	(15.584)	(37.035)
Ajustes a valor presente	19.2			(7.066)	(6.846)
Juros e variações monetárias					
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	22.1.1	(8)	(418)	(2.036)	(4.005)
Uso do bem público	21			(13.942)	(6.027)
Outros juros e variações monetárias				(4.591)	(699)
Outras despesas financeiras				(2.366)	(2.807)
		<u>(2.179)</u>	<u>(2.343)</u>	<u>(53.411)</u>	<u>(66.189)</u>
		<u>(15.050)</u>	<u>(33.984)</u>	<u>(49.484)</u>	<u>(58.686)</u>

26.1 Uso do bem público - UBP e Outros juros e variações monetárias

As variações nas rubricas do Uso do bem público - UBP e Outros juros e variações monetárias referem-se ao aumento do indexador IGP-M (Nota 1.1.1), que passou para 23,14% acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de 7,30%.

27 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Lucro antes dos tributos sobre o Lucro	404.221	240.710	419.933	279.789
Alíquota	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(137.435)	(81.841)	(142.777)	(95.128)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Doações		(33)	(52)	(73)
Resultados de equivalência patrimonial	8.549	17.889		
Juros sobre o capital próprio	2.084	2.121	11.604	15.721
Outras	(25)	(30)	(2.884)	(3.217)
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos sobre amortização do direito de concessão	(9.766)	(9.766)	(9.765)	(9.766)
Ajustes decorrentes de exercícios sociais anteriores	187	351	877	1.373
Incentivos fiscais	29	28	208	190
Despesa de IRPJ e CSLL	<u>(136.377)</u>	<u>(71.281)</u>	<u>(142.789)</u>	<u>(90.900)</u>
Alíquota efetiva	<u>33,74%</u>	<u>29,61%</u>	<u>34,00%</u>	<u>32,49%</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



28 Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

A Companhia e sua controlada não operaram com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas das ações:		
Ordinárias (ON)	113.092	71.538
Preferenciais Classe "A" (PNA)	146.518	92.682
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.234	5.209
	<u>267.844</u>	<u>169.429</u>
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)		
Ordinárias (ON)	113.690	113.690
Preferenciais Classe "A" (PNA)	81.550	81.550
Preferenciais Classe "B" (PNB)	8.278	8.278
	<u>203.518</u>	<u>203.518</u>
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)		
Ordinárias (ON)	0,99474	0,62924
Preferenciais Classe "A" (PNA)	1,79666	1,13651
Preferenciais Classe "B" (PNB)	0,99474	0,62924

Segue abaixo a conciliação do Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas, conforme requerido pelo CPC 41:

	Resultado por classe de ações		Resultado por classe de ações
	(sem ajustes)	Ajustes (Nota 23.2)	
2019			
Ordinárias (ON)	94.647	(23.109)	71.538
Preferenciais Classe "A" (PNA)	67.890	24.792	92.682
Preferenciais Classe "B" (PNB)	6.892	(1.683)	5.209
	<u>169.429</u>	<u>-</u>	<u>169.429</u>
2020			
Ordinárias (ON)	149.623	(36.531)	113.092
Preferenciais Classe "A" (PNA)	107.326	39.192	146.518
Preferenciais Classe "B" (PNB)	10.895	(2.661)	8.234
	<u>267.844</u>	<u>-</u>	<u>267.844</u>

29 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e sua controlada mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia e sua controlada não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

29.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



29.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de sua controlada:

	Nota	Níveis	Controladora			
			Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	31.524	56.581	31.524	56.581
			<u>31.524</u>	<u>56.581</u>	<u>31.524</u>	<u>56.581</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	1.426	7.961	1.426	7.961
Títulos a receber	6	Nível 2	7.977	7.448	7.977	7.448
Concessionárias	5	Nível 2	62.802	72.791	62.802	72.791
Outros créditos - Partes relacionadas				234		234
			<u>72.205</u>	<u>88.434</u>	<u>72.205</u>	<u>88.434</u>
			<u>103.729</u>	<u>145.015</u>	<u>103.729</u>	<u>145.015</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	17	Nível 2	24.051	46.138	24.051	46.138
Debêntures	18	Nível 2	294.678	490.904	300.310	501.410
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	856	831	856	831
Arrendamentos e aluguéis	13.1	Nível 2	116	283	114	283
			<u>319.701</u>	<u>538.156</u>	<u>325.331</u>	<u>548.662</u>
Consolidado						
	Nota	Níveis	Consolidado			
			Valor justo		Valor contábil	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Aplicações financeiras		Nível 2	119.296	93.424	119.296	93.424
			<u>119.296</u>	<u>93.424</u>	<u>119.296</u>	<u>93.424</u>
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	4					
Bancos conta movimento		Nível 2	2.206	8.980	2.206	8.980
Concessionárias	5	Nível 2	64.090	74.921	64.090	74.921
Rendas a receber	7	Nível 2	3.429	4.475	3.429	4.475
Outros créditos - Partes relacionadas	13	Nível 2	25	389	25	389
			<u>69.750</u>	<u>88.765</u>	<u>69.750</u>	<u>88.765</u>
			<u>189.046</u>	<u>182.189</u>	<u>189.046</u>	<u>182.189</u>
Passivos Financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	17	Nível 2	19.254	37.356	19.254	37.356
Debêntures	18	Nível 2	294.678	490.904	300.310	501.410
Uso do bem público	21	Nível 2	54.410	45.227	58.771	50.189
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19					
Moeda nacional		Nível 2	95.189	89.059	90.614	84.872
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	13	Nível 2	2.260	1.858	2.260	1.858
Licenças ambientais	22.2	Nível 2	14.868	14.600	14.686	14.481
Arrendamentos e aluguéis	13.1	Nível 2	506	1.298	394	1.298
			<u>481.165</u>	<u>680.302</u>	<u>486.289</u>	<u>691.464</u>

29.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia e sua controlada avaliam os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Companhia e a controlada, conforme seu modelo de negócio, possuem a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Companhia e a controlada possuem um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia e a controlada desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

29.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



A Companhia e sua controlada também poderão classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) desejarem eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração.

29.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia e sua controlada projetam os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia, da controlada e da contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado de Uso do bem público, Empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos e aluguéis diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

(i) Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

(ii) Empréstimos e financiamentos: consiste nas ações preferenciais de classe "A", "B" e "C" da Investco mensuradas pelo seu valor de custo acrescidas dos dividendos anuais fixos, acrescidas de eventuais complementos, e descontadas a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil;

(iii) Uso do bem público: consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

(iii) Arrendamentos e aluguéis: consiste nos contratos, ou parte dos contratos, que transfere o direito de usar um ativo subjacente por um período de tempo em troca de contraprestação, conforme CPC 06 (R2). O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde o custo de financiamento na contratação dos ativos alugados; e

(iv) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual do Grupo EDP - Energias do Brasil.

29.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia e da controlada. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia e de sua controlada, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

29.2 Gestão de riscos

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo o mesmo sido consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

O Grupo EDP – Energias do Brasil, seguindo as melhores práticas de governança e de alinhamento com o modelo de três linhas de defesa, segregou as funções de *Compliance* e Auditoria Interna em duas diretorias distintas. Adicionalmente, e como forma de reforço do modelo de Gestão do Riscos, foi criada uma Diretoria de Gestão de Riscos e Segurança.

Dessa forma, o Grupo EDP – Energias do Brasil possui uma área de Riscos e Crise, na qual realiza o gerenciamento integrado dos riscos, oportunidades e crises, com o objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria, para que sejam tomadas as providências necessárias.

A Gestão do Risco está definida através de uma Política de Risco do Negócio, pública ao mercado, e as diretrizes da sua metodologia estão publicadas na Norma de Riscos Corporativos. Ainda em linha com as melhores práticas, esse processo está baseado em metodologias reconhecidas, como COSO ERM (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e Norma ISO 31.000, que fornece diretrizes para gerenciar riscos enfrentados pelas organizações por meio de uma linguagem e abordagem comuns à quaisquer tipos de riscos.

No Grupo EDP - Energias do Brasil os riscos são priorizados seguindo os parâmetros estratégicos e definidos de forma colegiada através do Comitê de Auditoria, esse representado pelas Diretorias das Unidades Negócios, de forma a garantir a governança do processo e atuar como elo entre a Administração da Companhia e a operação.

O Grupo EDP - Energias do Brasil teve mais uma vez as suas boas práticas reconhecidas ao manter a Certificação da Norma ISO 37.001, que tem por objetivo apoiar as organizações a combater suborno, a partir de uma cultura de integridade, transparência e conformidade com as leis vigentes, com o auxílio de requisitos, políticas, procedimentos e controles adequados para lidar com os respectivos riscos. O resultado desta manutenção reforça que os controles adotados pelo Grupo EDP - Energias do Brasil são adequados e aderentes ao Sistema de Gestão Antissuborno implementado.

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

edp

29.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

As Debêntures captadas pela Companhia apresentadas na nota 18, possuem como contraparte os agentes fiduciários Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários e Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e sua controlada possuem um risco de mercado associado ao CDI.

Deve-se considerar que a Companhia e sua controlada estão expostas a oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia e sua controlada não possuem exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

Com a pandemia da COVID-19 (Nota 4) a Administração da Companhia avaliou suas principais exposições tendo concluído que, no período, não há incremento de risco significativo de mercado, conforme exposto acima.

29.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia e de sua controlada em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia e sua controlada, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) adotado pela Companhia e sua controlada, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

		Controladora							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	31.524	634	-	634	158	317	(158)	(317)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	31.524	634	-	634	158	317	(158)	(317)
Debêntures	CDI	(300.681)	(6.513)	(5.859)	(12.372)	(3.061)	(6.115)	3.080	6.166
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(300.681)	(6.513)	(5.859)	(12.372)	(3.061)	(6.115)	3.080	6.166
		<u>(269.157)</u>	<u>(5.879)</u>	<u>(5.859)</u>	<u>(11.738)</u>	<u>(2.903)</u>	<u>(5.798)</u>	<u>2.922</u>	<u>5.849</u>

		Consolidado							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Aging cenário provável		Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Até 1 ano	2 a 5 anos	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	119.296	1.406	-	1.406	350	701	(350)	(702)
Instrumentos financeiros ativos	CDI	119.296	1.406	-	1.406	350	701	(350)	(702)
Debêntures	CDI	(300.681)	(6.513)	(5.859)	(12.372)	(3.061)	(6.115)	3.080	6.166
Instrumentos financeiros passivos	CDI	(300.681)	(6.513)	(5.859)	(12.372)	(3.061)	(6.115)	3.080	6.166
		<u>(181.385)</u>	<u>(5.107)</u>	<u>(5.859)</u>	<u>(10.966)</u>	<u>(2.711)</u>	<u>(5.414)</u>	<u>2.730</u>	<u>5.464</u>

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração. O CDI apresentou seu intervalo entre 1,8% e 6,0% a.a.

29.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e de sua controlada em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira para cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e debêntures captados pela Companhia e sua controlada são apresentados nas notas 18 e 19.

A Administração da Companhia e de sua controlada somente utilizam linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia e da sua controlada são demonstrados nas rubricas: (i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Concessionárias (Nota 5) cujos saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Os riscos de liquidez atribuídos à rubrica de Debêntures referem-se a juros futuros que, consequentemente, não estão contabilizados e encontram-se demonstrados na nota 31.1.

A Companhia e sua controlada também gerenciam o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que se espera liquidar as respectivas obrigações.

	Controladora					
	31/12/2020					31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Total	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	24.041	4	6	-	24.051	46.138
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	-	-	-	856	856	831
Debêntures	-	-	150.429	149.881	300.310	501.410
Arrendamentos e aluguéis	17	33	64	-	114	283
	<u>24.058</u>	<u>37</u>	<u>150.499</u>	<u>150.737</u>	<u>325.331</u>	<u>548.662</u>

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado					
	31/12/2020					31/12/2019
	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	
Passivos financeiros						
Fornecedores	18.660	428	166			19.254
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				2.260		2.260
Debêntures			150.429	149.881		300.310
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas			4.724	14.143	71.747	90.614
Uso do bem público	448	1.108	4.855	27.812	24.548	58.771
Arrendamentos e aluguéis	46	91	128	129		394
Licenças Ambientais	298	311	3.947	10.130		14.686
	19.452	1.938	164.249	204.355	96.295	486.289
						691.464

29.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possui debêntures com cláusulas restritivas (*Covenants*), normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índices financeiros.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparece descrita individualmente na nota 18. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (Nota 31.2) para a rubrica de Debêntures. Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento. Para a rubrica de Compra de Energia, as garantias estão vinculadas em sua maioria aos recebíveis da Companhia, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis.

29.2.2.2 Capital Circulante Líquido - CCL

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, em 31 de dezembro de 2020 foi negativo em R\$322.213 (R\$212.556 negativo em 31 de dezembro de 2019) e no consolidado foi negativo em R\$251.472 (R\$170.345 negativo em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. Na Companhia e no Consolidado, o CCL negativo deve-se, principalmente, à amortização de principal e aos juros das Debêntures e dividendos a pagar, os quais poderão ser pagos com o fluxo de caixa gerado pela operação ou captações de recursos externos ou intragrupo, se necessário.

29.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia e sua controlada dependem das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, tem provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia e sua controlada à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (*Generation Scaling Factor*) para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia e sua controlada aderiram à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 92% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio (Nota 12).

29.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia pode causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

29.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia e de sua controlada não realizarem seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia e de sua controlada em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contrato de energia no ACR.

• Rendas a receber

O montante de Rendas a receber é relativo aos recebíveis da Investco decorrentes do contrato de arrendamento da UHE Lajeado junto aos acionistas. A Investco não possui histórico de perdas ou atrasos para estes recebíveis o que demonstra o baixo risco de *default*. Ademais, o contrato de arrendamento contempla como garantia financeira parte dos recebíveis de venda de energia dos acionistas.

• Caixa e Equivalentes de caixa

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia e sua controlada operam apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

Notas explicativas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Classificação da instituição financeira				
AAA		56.581	87.772	74.606
AA	31.524		31.524	18.818
4	31.524	56.581	119.296	93.424

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia e sua controlada a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

29.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia e de sua controlada são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL, Agência Nacional de Águas - ANA) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE etc.). A Companhia e sua controlada têm o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia e sua controlada atuam na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

29.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e de sua Controlada para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo EDP - Energias do Brasil pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinar as dívidas existentes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Total dos empréstimos e debêntures	300.310	501.410	390.924	586.282
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.950)	(64.542)	(121.502)	(102.404)
Dívida líquida	267.360	436.868	269.422	483.878
Total do Patrimônio líquido	676.832	619.157	922.343	867.460
Total do capital	944.192	1.056.025	1.191.765	1.351.338
Índice de alavancagem financeira - %	28,32%	41,37%	22,61%	35,81%

30 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

30.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Nota	Controladora						
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa				Saldo em 31/12/2020
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Variação monetária	Outros	
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	7.448	(543)		1.072			7.977
	7.448	(543)	-	1.072	-	-	7.977
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	73.344	(104.988)		180.021		26.785	175.162
Debêntures	501.410	(216.684)		15.584			300.310
Arrendamentos e aluguéis	283	(207)	12	84	(58)		114
	575.037	(321.879)	12	195.689	(58)	26.785	475.586
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	567.589	(321.336)	12	194.617	(58)	26.785	467.609
Nota	Controladora						
	Saldo em 31/12/2018	Efeito caixa	Efeito não caixa				Saldo em 31/12/2019
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Outros		
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento							
Títulos a receber e empréstimos a receber	7.538	(1.107)		1.017			7.448
	7.538	(1.107)	-	1.017	-		7.448
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	42.407	(177.635)		191.629	16.943		73.344
Debêntures	551.635	(87.260)		37.035			501.410
Arrendamentos e aluguéis	-	(78)	12	322			283
	594.042	(264.973)	12	228.986	16.943		575.037
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	586.504	(263.866)	12	227.969	16.943		567.589
Nota	Consolidado						
	Saldo em 31/12/2019	Efeito caixa	Efeito não caixa				Saldo em 31/12/2020
			Ajuste a valor presente	Adições/baixas	Variação monetária	Outros	
Aumento (diminuição) de passivos financiamento							
Dividendos	77.705	(112.731)		191.236		26.785	182.995
Debêntures	501.410	(216.684)		15.584			300.310
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	84.872	(8.251)	7.064	6.929			90.614
Arrendamentos e aluguéis	1.298	(694)	55	9	(274)		394
	665.285	(338.360)	7.119	213.758	(274)	26.785	574.313

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)



	Consolidado					
	31/12/2020				31/12/2019	
	2021	2022 a 2023	2024 a 2025	A partir de 2026	Total Geral	Total Geral
Responsabilidades com locações operacionais	70				70	130
Obrigações de compra						
Compra de Energia	53.458				53.458	49.668
Materiais e serviços	16.165	14.504	1.312	549	32.530	25.897
Prêmio de risco - GSF				50.051	50.051	50.051
Juros Vincendos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.883	2.808			8.691	43.468
	<u>75.576</u>	<u>17.312</u>	<u>1.312</u>	<u>50.600</u>	<u>144.800</u>	<u>169.214</u>

31.2 Garantias

Tipo de garantia	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Seguro de vida	Aval de acionista			10.953	9.386
Ações judiciais	(i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia.			433	363
Contrato de Arrendamento	Receíveis	27.555	31.606	27.555	31.606
		<u>27.555</u>	<u>31.606</u>	<u>38.941</u>	<u>41.355</u>

32 Cobertura de seguros

A Companhia e sua controlada mantêm apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas e regidas por norma de contratação e manutenção de seguros aprovado pela Diretoria do Grupo EDP – Energias do Brasil. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações					12.247	12.247	12.247	12.247
Usina					1.004.816	200.000	1.004.816	200.000
Linhas de Transmissão					3.888	3.888	3.888	3.888
Prédios e conteúdos (próprios e terceiros)					1.101	1.101	1.101	1.101
Transportes (veículos)					360	360	360	360
Seguro de Vida	377	(*)	923	(*)	11.330	(*)	10.308	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R\$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R\$1.452.

A Investco possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.

A EDP - Energias do Brasil possui cobertura de Responsabilidade Civil, estendida para a Companhia e sua controlada, com os limites conforme apresentados abaixo:

- (i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R\$50.000;
- (ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R\$17.190;
- (iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R\$193.210; e
- (iv) Responsabilidade Civil de Riscos Cibernéticos, com cobertura de até R\$4.110.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente

Luiz Otavio Assis Henriques
Conselheiro

Jonatan Ross
Conselheiro

Henrique Manuel Marques Faria Lima Freire
Conselheiro

José Roberto Bueno Junior
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente e Diretor Executivo

Lourival Teixeira dos Santos Sobrinho
Diretor Técnico

Alankardek Ferreira Moreira
Diretor

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamonte
Diretor de Contabilidade e Gestão de Ativos
(Corporativo)

Renan Silva Sobral
Gestor de Contabilidade
Contador - CRC 1SP271964/O-6